

Aplicação do método de valoração econômica como instrumento de gestão ambiental: o caso da Nascente - Crato/CE

Mileyde Paulino Alves de Lima¹, Francisco Roberto Dias de Freitas¹

1 - Universidade Regional do Cariri – URCA

Introdução

A água é necessária a todas as formas de vida conhecida [1]. Em várias regiões do planeta há uma crise agravante em relação à distribuição da mesma.

O Brasil é um dos países que possuem grande quantidade de água, suficiente para seu uso e abastecimento próprio. Porém a questão da gestão dos recursos hídricos passa por diversas dificuldades, uma delas é o uso inadequado de suas águas [2]. O ecossistema da localidade Nascente é responsável pelo sustento de uma parte da população de baixa renda que reside nas proximidades de suas águas, pois delas são retirados alimentos para o consumo e comercialização.

O valor econômico assume importância como medida para um uso sustentável, estratégia para o desenvolvimento do país utilizando os recursos naturais e adota uma forma de defesa para o meio ambiente [3].

Assim, o presente estudo tem como objetivo geral a obtenção do valor econômico para a Nascente, localizada no Estado do Ceará, por meio da disposição a pagar da sociedade beneficiada pelos serviços ambientais do referido recurso.

Metodologia

O estudo é desenvolvido no Estado do Ceará, mais precisamente no município do Crato.

AMOSTRAGEM: para calcular o tamanho da amostra para população finita, através da amostragem aleatória simples, utiliza-se a seguinte fórmula [4]:

$$n = \frac{Z^2 \cdot P \cdot Q \cdot N}{d^2(N-1) + Z^2 \cdot P \cdot Q}$$

Equação 1.

TÉCNICAS PARA A OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES: Aplicação de questionários com entrevistas fechadas e entrevistas abertas.

FONTES DE DADOS: i) Dados primários: coletados em órgãos oficiais (IBGE, IPECE, Prefeitura Municipal do Crato, livros, internet, etc); ii) Dados secundários: através de questionários.

MÉTODOS DE ANÁLISE: i) Tabular e Descritiva: análise das coletas de dados, na finalidade de mostrar as características socioeconômicas dos entrevistados tais como; ii) Valoração Ambiental: abordará qual (quais) dentre as possibilidades, permite (permitem) uma melhor abordagem de valoração[5]; iii) Método de Avaliação Contingente: verificada através de informações socioeconômicas dos

Autora correspondente: Mileyde Paulino Alves de Lima (mileydepaulino@hotmail.com)

entrevistados; iv) Princípios Microeconômicos Básicos e a Teoria do Bem Estar: pesquisa bibliográfica mais especializada acerca dos conceitos e princípios envolvendo a teoria microeconômica e do bem estar aqui estabelecida.

Resultados Esperados

No final deste estudo espera-se levantar informações que sejam relevantes, para que o poder público estadual, mais especificamente o municipal, perceba a importância de adotar políticas públicas de sustentabilidade aqueles que residem nas proximidades da Nascente. Espera-se também, identificar os principais “gargalos” e apresentar sugestões que minimizem a poluição das águas do Rio Granjeiro de forma a contribuir diretamente para uma boa qualidade de vida, tanto para a geração atual quanto a geração futura.

Agradecimentos

Ao CNPq pelo apoio financeiro, a Universidade Regional do Cariri – URCA e ao Me. Francisco Roberto pelas discussões do projeto.

Referências

- [1] AGRA, J.T.N. **Água, Civilização e Ciência**. Campina Grande: EDUEFCG, 2008. 79-118p.
- [2] NASCIMENTO, A.P. **Análise dos Impactos das Atividades Antrópicas em Lagoas Costeiras – Estudo de Caso da Lagoa Grande em Paracuru – Ce**. Fortaleza, 2010. 99p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará.
- [3] MOTA, A. **Valoração de ativos ambientais como subsídio à decisão pública**. Brasília, 2000. 262p. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável – UnB.
- [4] FONSECA, J.S; MARTINS, G. A. **Curso de Estatística**. 6 ed. – São Paulo: Atlas, 1996. 320p.
- [5] SILVA, J.R. **Métodos da Valorização Ambiental: uma análise do setor de extração mineral**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/2364896/Metodos-de-valoracao-ambiental-uma-analise-do-setor-de-extracao-mineral-DA-SILVA-2003>>. Acesso em 5 de março de 2013.

A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE: um olhar constituído a partir do Programa Educação para a Nova Indústria do SESI.

Adelia Alencar Brasil¹, Suely Salgueiro Chacon², Francisca Laudeci Martins Souza³

1-Mestranda em Desenvolvimento Regional Sustentável – Universidade Federal do Cariri- UFCA, 2- Universidade Federal do Cariri- UFCA, 3 - Universidade Regional do Cariri - URCA

Introdução

Nessas primeiras décadas do século XXI, sustentabilidade é um conceito recorrente nos debates de boa parte dos campos de conhecimento. No entanto, embora a incidência esteja garantida, a compreensão não segue o mesmo rumo, sobretudo pela dificuldade de integrar-se aos requeridos padrões de produção, consumo e crescimento econômico envolvendo as dimensões a este conceito. Desse modo, para pensar em sustentabilidade é necessário antes constituí-la como um conjunto de iniciativas e reformas interconectadas. Na qual, sociedade, cultura, educação, economia, ambiente e espaço são apenas alguns dos conceitos necessários na interconexão requerida. Nesse sentido, a proposta desta pesquisa é discutir as relações entre educação e sustentabilidade a partir da análise da interação entre estas. Para dar conta do nosso interesse, tomamos o Programa Educação para a Nova Indústria do SESI – Educação de Jovens e Adultos – e focamos o instrumental Mapa Estratégico da Indústria. Pensando na integração dos conceitos no instrumental escolhido tomamos o território da Região Metropolitana do Cariri, precisamente o município de Juazeiro do Norte (CE).

Metodologia

Foi realizada uma ampla revisão da literatura sobre o tema, desde teorias e modelos mais notórios no processo de desenvolvimento do Programa Educação para a Nova Indústria, até abordagens mais críticas que integram saberes (economia regional; educação ambiental; desenvolvimentos regional, sustentável; geografia e sociologia), extraindo o que melhor se adapta aos objetivos da pesquisa.

Resultados e Discussão

Ao emergirem discussões sobre sustentabilidade, a expressão desenvolvimento industrial sustentável tornou-se notória, não se apresentando como um enfoque homogêneo e nem como uma teoria. Entre as matrizes discursivas formadas em torno do assunto, destacam-se: *eficiência*, que pretende combater o desperdício da base material do desenvolvimento, estendendo a racionalidade econômica ao espaço “não-mercantil” planetário; *escala*, que afirma um limite quantitativo ao crescimento econômico e à pressão que ele exerce sobre os “recursos ambientais”; *equidade*, que articula analiticamente princípios de justiça e ecologia; *autosuficiência*, que prega a desvinculação de economias nacionais e sociedades tradicionais dos fluxos do mercado mundial, como estratégia apropriada para assegurar a

Autor correspondente: Adelia Alencar Brasil (adelia.brasil@yahoo.com.br)

capacidade de auto-regulação comunitária das condições de reprodução da base material; *ética*, que inscreve a apropriação social do mundo material em um debate entre os valores do Bem e do Mal, evidenciando as interações da base material do desenvolvimento com as condições de continuidade da vida no planeta (ACSELRAD, 1999). A capacidade de competir se dá, sobremaneira, em resposta às necessidades criadas pela explosão tecnológica e pelo novo enfoque dado ao conhecimento.

Conclusões e Perspectivas

Neste contexto, vimos que as empresas buscam constantemente as estratégias para permanecerem no mercado, o qual se mostra cada vez mais competitivo. Porém, à medida que preconizam a sustentabilidade pelas vias da educação, não oportunizam o tempo de estudos aos trabalhadores o que se verifica na própria jornada semanal de trabalho. Por outro lado, o foco na sustentabilidade ocorre somente pelas matrizes da *eficiência* e da *escala* centrada nos princípios conservadores da produção e alocação dos fatores de produção.

Agradecimentos

Ao PRODER Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri – UFCA, e ao Grupo ECOS de pesquisa em Economia Solidária e Sustentabilidade, pela motivação e apoio constante.

Referências

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 79-89, p.79-89, maio 1999a.

Conferência Nacional da Indústria. Mapa Estratégico da Indústria: 2007 – 2015. --- Brasília: CNI/DIREX, 2005.

Contribuição do Programa Bolsa Família na erradicação do trabalho infantil no Sertão do Araripe - PE

Talinny Nogueira Lacerda ¹, Eliane Pinheiro de Sousa¹

1 - Universidade Regional do Cariri – URCA.

Introdução

Os programas de Seguridade Social (transferência de renda) vêm sendo implantados na América Latina desde o século passado e tem por objetivo principal a erradicação da pobreza [1]. No Brasil, os primeiros programas tiveram início em 1995, e, em 2004, foi instituído o Programa Bolsa Família através da Lei nº 10.836, que englobaria os programas já existentes [2].

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), no ano de 2001, 1.532.928 crianças entre 10 e 15 anos estavam trabalhando nas zonas urbana e rural do Nordeste. Apesar de o Bolsa Família não se conceber como um programa de erradicação ao trabalho infantil, muitos autores tem verificado uma contribuição deste [3].

A decisão das crianças deixarem a escola e ingressarem no trabalho, ou mesmo desempenharem jornada dupla, frequentando a escola em um período do dia e desenvolvendo trabalhos em outro pode ser atribuída a inúmeros fatores. O principal deles seria a pobreza em que vive a família e que para dispor de seu sustento precisa empregar também as crianças. Ademais, existem também fatores culturais, ou até mesmo o fato de a criança ou adolescente seguir o mesmo caminho traçado pelos pais [1]. Tendo em vista o que se foi exposto a priori, buscar-se-á analisar se existiu contribuição do programa Bolsa Família na redução do trabalho infantil na região do Araripe – PE.

Metodologia

O presente trabalho adotou a estatística descritiva como método analítico, dotando-se de dados secundários do Censo Demográfico disponível no sítio do IBGE, além de dados do Portal da Transparência, e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

A região do Sertão do Araripe-PE foi escolhida como área de estudo deste trabalho devido esta apresentar um dos maiores índices de pobreza, tanto no Estado, como na região Nordeste.

Resultados e Discussão

Conforme descrito, inúmeros fatores contribuem para a família optar por enviar as crianças ao trabalho, e um dos principais fatores consiste na pequena renda que se dispõe. Com base na Figura 1, verifica-se que dado um nível elevado de transferência superior ao que a criança recebe,

os pais poderiam agora optar pelo não trabalho das crianças.

O Bolsa família realizou transferência de R\$ 60.296.063,00 no ano de 2010 para a região. Levando-se em consideração que a renda média mensal das famílias não atinge em média um salário mínimo, sendo de R\$ 549,60, estas recebem uma transferência aproximada de R\$ 188,30.

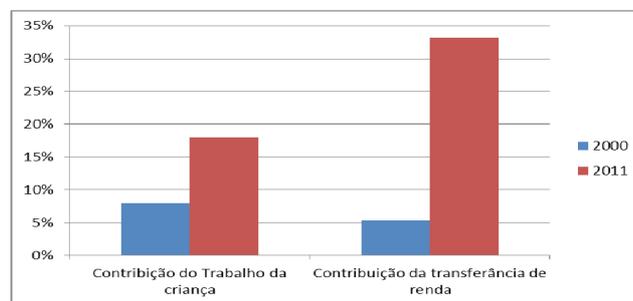


Figura 1 – Comparativo da contribuição do trabalho da criança e dos programas de transferência na renda familiar na Região do Araripe nos anos 2000 e 2011. Fonte: IBGE e MDS.

Conclusões e Perspectivas

Apesar de avanços, faz-se necessário maior investimento em políticas públicas específicas para a erradicação do trabalho infantil, além da realização de estudos sucintos que possam comprovar o efeito positivo de programas de transferência de renda. Portanto, reconhece-se a importância do Programa Bolsa família, mas não é o suficiente. Mesmo a transferência de renda sendo significativa, necessita orientar os pais quanto às perdas decorrentes do trabalho infantil.

Agradecimentos

À Universidade Regional do Cariri – URCA pelo espaço concedido.

Referências

- [1] CACCIAMALI, M. C. et al. Impactos do Programa Bolsa Família Federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro (2010).
- [2] BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, **Bolsa Família**. Brasília (2004).

[3] KASSOUF, A. L. **O perfil do trabalho infantil no Brasil, por regiões e ramos de atividade**. Brasília (2004).

Filosofia e Transformação Social: *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel, de Karl Marx*

Rayanne Vieira Mendes¹, Thiago Chagas Oliveira²

1 – Universidade Regional do Cariri – URCA, 2 -Universidade Regional do Cariri – URCA.

Introdução

O presente estudo busca o entendimento de Karl Marx acerca das relações entre filosofia, política e sociedade. Em Paris, no ano de 1843, Marx principia sua proximidade com os ideais revolucionários do operariado francês, sendo fundamental para a construção do seu pensamento filosófico. Inicia seu desenvolvimento à crítica da política, publica na conhecida *Deutsch-Französische Jahrbücher* (Anais Franco- Alemães), os textos *A Questão Judaica* e *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*.

A emancipação política conquistada na revolução francesa resultou em uma nova estrutura social (separação entre Estado e sociedade civil). E quanto ao homem uma fragmentação em si, entre *bourgeois* (burguês) e *citoyen* (cidadão). A partir de então, seu reconhecimento enquanto indivíduo genérico se dá apenas na forma política abstrata, reproduzida nas leis do Estado.

Abordando questões político-religiosas, Marx enuncia que a crítica religiosa é o “pressuposto de toda a crítica”(MARX, 1989, p.77). A crítica religiosa já foi feita por Feuerbach. O ponto fundamental é a crítica das condições materiais que geram a alienação religiosa. Neste contexto, Marx fomenta sua crítica irreligiosa na qual “o homem faz a religião; a religião não faz o homem (...) o homem é o mundo do homem, o Estado, a sociedade” (MARX, 1989, p.77). O foco da análise agora são as condições materiais (econômica, política e sociais) que geram a necessidade da alienação religiosa.

Tendo papel fundamental no processo de desconstrução da auto-alienação, a filosofia deve corresponder às necessidades históricas, ou seja, contribuir efetivamente para o processo de transformação radical da sociedade. Isto significa a negação da *filosofia como filosofia*, a restrição da crítica no aspecto abstrato, teórico e ideal. Afirmando Marx, “a crítica se ocupa da moderna realidade social e política, elevando-se assim aos problemas humanos autênticos” (MARX, 1989, p.82) e acrescenta “a força material só será derrubada pela força material; mas a teoria em si torna-se também uma força material quando se apodera das massas”.

Assim, a superação das desigualdades sociais advindas do modo de produção capitalista deve contar com a contribuição da teoria. Tendo como fim uma transformação radical, em que nas palavras de Marx “ser radical é agarrar as coisas pela raiz” (MARX, 1989, p.86) e mais especificamente, “para o homem, a raiz é o próprio homem”. (MARX, 1989, p 86)

Metodologia

Esta é uma pesquisa bibliográfica de cunho teórico. Segundo Lakatos e Marconi (2003) a pesquisa bibliográfica trata-se do levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado. Para a realização deste trabalho foi analisado os textos *Para a Questão Judaica* e *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. O principal instrumento para coleta de dados foi o fichamento. Esta forma de coleta “permite a ordenação do assunto, ocupa pouco espaço e pode ser transportado de um lugar para outro. Possibilita ainda uma seleção constante da documentação e de seu ordenamento” (LAKATOS & MARCONI, 1992, p.48).

Resultados e Discussão

As obras de juventude de Karl Marx trazem uma contribuição essencial para a formação crítica frente à sociedade contemporânea. No atual contexto de crise estrutural do capitalismo e de seus efeitos (desemprego estrutural, aumento da desigualdade social e da violência urbana, destruição sem precedentes da natureza etc.), esta visão torna-se fundamental. A pesquisa em andamento analisa as relações entre economia, política e direito no pensamento de Marx no que se refere à realidade brasileira contemporânea.

Conclusões e Perspectivas

Os textos marxianos aqui analisados apresentam a necessidade de restituir a filosofia uma função crítica nos confrontos com o mundo existente. Para além da especulação meramente intelectual, o conhecimento crítico elaborado tem a função social de auxiliar os movimentos sociais que lutam pela transformação da realidade social.

Agradecimentos

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ pelo apoio financeiro e ao Grupo de Pesquisa Economia, Política e Direito em Marx pelas discussões e contribuições acerca da problemática de estudo.

Referências

- [1] MARX, K. *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Lisboa 1989.
- [2] LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. *Metodologia do Trabalho Científico*, São Paulo 1992.

A Bacia Leiteira no Município de Iguatu - CE

Francisco da Silva Carvalho¹, Francisco Roberto Dias de Freitas¹

1 - Universidade Regional do Cariri – URCA.

Introdução

Iguatu encontra-se em uma região rural, onde a principal fonte geradora de renda é a agropecuária. Embora a pecuária apresenta-se como atividade predominantemente extensiva, com baixa absorção de mão-de-obra, tecnologia e baixa produtividade, a pecuária leiteira nessa região é favorável por ser composta de solo e recursos hídricos apropriados para este setor de economia [1] (PEREIRA, 2009).

A existência de uma bacia leiteira é crucial para o desenvolvimento de uma economia local, não somente pela geração de renda, mas também no combate a violência urbana e rural.

O objetivo do estudo foi analisar economicamente a atividade leiteira, em propriedades inseridas na bacia leiteira do município de Iguatu, Estado do Ceará, Brasil. De forma específica, objetivou-se descrever as características pessoais e socioculturais dos produtores de leite, verificar as características técnicas da atividade leiteira; determinar as rendas e os custos de produção do leite no período seco e chuvoso respectivamente, e por fim verificar a rentabilidade econômica da atividade leiteira durante os períodos secos e chuvosos.

Metodologia

O município de Iguatu ocupa uma área absoluta de 1.029km² a uma altitude de 217, 18 m e distante em linha reta para a capital de 306 km [2] (IPECE, 2010). O método de análise empregado foi o tabular e descritivo.

Resultados e Discussão

As características socioeconômicas: as idades dos produtores das fazendas Monte Verde e Varjota situa-se na faixa etária entre 30 e 40 anos. O nível de escolaridades dos produtores das fazendas Monte Verde, Varjota e Córrego os resultados foram os seguintes, curso superior completo, ensino médio incompleto e ensino médio completo, respectivamente.

Dentre as características técnicas podemos citar a presença das raças Gir, Holandesa e Girolanda. Os tipos de alimentação são a silagem, silagem de milho e pasto nativo. É importante destacar que todos os produtores de leite realizam a vacinação nas vacas contra a febre aftosa e a vermifugação.

A determinação de rendas e custos da atividade leiteira pode-se verificar que durante o período seco, a fazenda Monte Verde gerou uma receita de R\$106.293,12 com a venda do leite, representando 74,33% da RTA do período seco. A fazenda Varjota aponta um valor monetário com a venda do leite no período seco de R\$ 89.258,00 com um percentual de 85,18% da RTA. E por fim, seguindo a

mesmo raciocínio, a fazenda Córrego informa no período seco (estiagem) um montante de R\$ 67.041,52 representando 93,51% da RTA. As especificações que compõem os CTA leiteira, a mão-de-obra temporária, grãos para a fabricação da ração e mão-de-obra permanente mostram valores significantes na formação dos CTA. Os custos variáveis tem a maior participação na composição dos CTA, destacando os grãos para a fabricação da ração com um valor monetário de R\$83.500,00 (72,41%) da fazenda Monte Verde; R\$39.556,00 (51,94%) da fazenda Varjota. O item Salário da mão-de-obra pertencente à composição dos custos fixos foi marcado pelo maior dispêndio na fazenda Varjota com R\$ 11.160,00 (14,66%) do CTA. As taxas, impostos, licenças, seguro e impostos sobre as fazendas são iguais em reais, mas distintos em valores percentuais.

A rentabilidade da atividade leiteira na fazenda Monte Verde obteve uma lucratividade positiva de R\$ 46.372,24. Na fazenda Varjota, a lucratividade foi superior a fazenda citada anteriormente com um demonstrativo monetário de R\$ 77.649,00, ou seja, uma diferença acima de R\$ 31.000,00 (R\$ 31.276,76). E por fim, os dados analisados da fazenda Córrego, mostra a maior lucratividade de todas elas com R\$ 78.332,26. Sua superioridade em relação a fazenda Varjota foi de R\$683,26. É importante citar que esses valores são referente aos 12 meses do estudo.

Conclusões e Perspectivas

O estudo demonstra a idade dos fazendeiros abaixo dos 50 anos. Ou seja, uma idade satisfatória para gestão da atividade leiteira. Outro ponto que merece destaque, dos três fazendeiros, apenas um possui nível de nível superior completo. Na composição dos CTA, a fazenda Monte Verde, foi a que apresentou um maior valor de R\$ 193.460,00 (para os dois períodos). No tocante as rendas e custos da atividade leiteira, verificam que a RTA alcançada foi maior da fazenda Monte Verde com aproximadamente R\$ 240.000,00 (soma dos períodos seco/chuvoso).

Agradecimentos

A Universidade Regional do Cariri pelo apoio financeiro.

Referências

[2] IPECE. **Perfil Básico Municipal**: Fortaleza: IPECE, 2010

[1] PEREIRA, J.P.R. **Análise da eficiência econômica dos produtores de leite no município de Iguatu/CE**. (Monografia de graduação) –URCA/CESA/, Iguatu, 2009.

Dinâmica da pecuária nas unidades federativas do Brasil: uma análise multivariada

Alessandra Maria Gomes Rodrigues¹, Eliane Pinheiro de Sousa¹

1 - Universidade Regional do Cariri (URCA).

Introdução

A pecuária compreende a criação de animais destinados aos serviços de lavoura, consumo doméstico ou para fins industriais e comerciais. No Brasil, essa atividade é composta principalmente pela bovinocultura, avicultura e suinocultura, mas além dessas, a caprinocultura, a ovinocultura, a equideocultura e a bubalinocultura também fazem parte da pecuária brasileira. Apresenta importante papel socioeconômico, gerando emprego e renda para uma ampla população distribuída espacialmente pelos municípios e unidades federativas brasileiras [1].

De acordo com [2], [3], verificam-se, respectivamente, a presença de processos de modernização na produção de leite e na produção de aves e em outros segmentos agroindustriais. Paralelamente, conforme [4], o processo de modernização da agropecuária ocorreu de forma distinta entre as unidades federativas brasileiras. Nesse contexto, considerando que tais mudanças também ocorreram nas demais atividades que compõem a pecuária brasileira e de forma diferenciada em distintas localidades, tornam-se importante a realização de estudos para orientar as decisões dos produtores e o direcionamento de políticas públicas de crédito rural e assistência técnica.

Em face dessas considerações, o presente trabalho buscar caracterizar o desempenho da pecuária nas unidades federativas brasileiras, mostrando sua dinâmica nas três últimas décadas, considerando-se dados para os anos de 1991, 2001 e 2011. Especificamente, busca-se mensurar um índice de desempenho para as unidades federativas brasileiras e hierarquiza-las conforme seu desempenho.

Metodologia

O índice de desempenho da pecuária (IDP) será determinado através do emprego da técnica estatística multivariada de análise fatorial pelo método de componentes principais.

Esse índice pode ser representado pela combinação linear dos escores fatoriais, obtidos pela análise fatorial, com a proporção da variância explicada pelos fatores individuais em relação à variância comum [5].

Ademais, também será empregado o método analítico de *cluster* para classificar as unidades federativas brasileiras. Segundo [6], esse método visa encontrar agrupamentos de elementos, tais que os elementos dentro dos grupos sejam mais semelhantes que os elementos entre grupos. Esses métodos serão operacionalizados pelo software SPSS 17.0. A escolha das variáveis utilizadas será baseada nos estudos [7] e [1].

Os dados empregados neste trabalho serão de natureza secundária e fornecidos pela Pesquisa Pecuária Municipal [8] referente aos anos de 1991, 2001 e 2011.

Conclusões

Conclui-se que dentre as vinte e sete Unidades Federativas brasileiras, apenas Minas Gerais, Bahia e São Paulo eram classificadas com um nível intermediário de desempenho da pecuária em 1991 e em 2001 e as demais unidades apresentavam baixo nível de desempenho da pecuária dentro dos parâmetros estabelecidos. Em 2011, verifica-se que os estados supracitados continuam tendo um médio nível de desempenho da pecuária e Paraná e Goiás passaram a assumir essa classificação, ao passo que nos anos anteriores havia registrado baixo nível de desempenho da pecuária, enquanto as outras unidades permaneceram com baixo desempenho da pecuária.

Agradecimentos

À Universidade Regional do Cariri (URCA) pelo consentimento para a utilização do espaço físico e dos equipamentos e à Fundação Cearense de Apoio Científico e Tecnológico (FUNCAP) pelo apoio financeiro.

Referências

- [1] SOUSA, L. O.; BRITO, M. A. Desempenho da pecuária e formação de clusters nos municípios cearenses. In: 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. **Anais...** Campo Grande, MS, 2010.
- [2] LEMOS, M. B.; GALINARI, R.; CAMPOS, B.; BIASI, E.; SANTOS, F. Tecnologia, especialização regional e produtividade: um estudo da pecuária leiteira em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Rio de Janeiro, v.41, n.3, p.117-138, 2003.
- [3] BELUSSO, D.; HESPANHOL, A. N. A evolução da avicultura industrial brasileira e seus efeitos territoriais. **Revista Percorso**. Maringá, v. 2, n. 1, p. 25-51, 2010.
- [4] PAULA, F. A.; CHAMBO, J. J.; LIMA, J. E. Caracterização da agropecuária das unidades federativas do Brasil. In: Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. **Anais...** Recife, PE, 2012.
- [5] SANTANA, A. C. Índice de desempenho competitivo das empresas de polpa de frutas do Estado do Pará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Rio de Janeiro, v.45, n.3, p.749-775, 2007.
- [6] GNANADESIKAN, R. **Methods for Statistical Data Analysis of Multivariate Observations**. 2nd ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 1997.
- [7] SACHS, R. C.C.; PINATTI, E.; GIANNOTTI, J. D. G.; FRANCISCO, V. L. F. S.; BEZERRA, L. M. C. Caracterização da pecuária no Vale do Paraíba Paulista utilizando a análise multivariada. In: 51ª Reunião Anual da Região Brasileira da Sociedade Internacional de Biometria. **Anais...** UNESP, Botucatu, São Paulo, 2006.
- [8] IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Pecuária Municipal – Produtos de origem animal**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 03/07/2013.

A OVINOCULTURA NOS MUNICÍPIOS DE QUIXADÁ E QUIXERAMOBIM NO ESTADO DO CEARÁ: 2000 A 2010

Laercio Santana Porfirio¹, Francisco Roberto Dias de Freitas¹

1 – Universidade Regional do Cariri - URCA

Introdução

O Estado do Ceará, o quarto maior da Região Nordeste em termos de área desenvolve atividades agropecuárias bastante diversificadas que variam segundo a microrregião considerada, no entanto apenas oito atividades de origem vegetal (milho, arroz, feijão, mandioca, caju, cana-de-açúcar e algodão arbóreo/herbáceo) e quatro de origem animal (bovinos de leite/carne, caprinos e ovinos) [1].

Normalmente a maioria das propriedades, os ovinos são criados de forma extensiva, sem cuidados com alimentação/sanidade, manejo e profilaxia inadequadas, assistência técnica deficitária, baixo nível de gestão e organização da unidade produtiva, ocasionando baixos níveis de produtividade, rendimento da carcaça, produção de leite e ainda responsável pelo alto nível de mortalidade dos rebanhos [2].

Nesse contexto, o estudo tem como objetivo central realizar uma análise do mercado da ovinocultura nos Municípios de Quixadá e Quixeramobim, mostrando informações úteis aos produtores na tomada de decisão referente à comercialização e produção. Especificando: i) estimar as equações de oferta e de demanda de carne de ovinos em Quixadá, bem como a equação reduzida para a variável endógena preço; ii) calcular a elasticidade-preço da demanda de carne de ovinos; iii) calcular a elasticidade-preço da oferta de carne de ovinos; iv) calcular a elasticidade-preço cruzada da demanda entre os preços de carne de ovino e bovino; v) calcular a elasticidade-preço cruzada da oferta entre os preços de carne de ovino e caprino; vi) calcular a elasticidade-renda da demanda; vii) mostrar se a precipitação pluviométrica tem influência positiva ou negativa na quantidade ofertada.

Metodologia

O método utilizado no estudo foi o método dos mínimos quadrados ordinários de dois estágios (MQ2E), para estimar simultaneamente os parâmetros das equações de demanda e oferta.

Resultados e Discussão

Estimativas da demanda e da oferta para a carne de ovino. Do lado da demanda $(Q_D/P)^{\wedge} = 2,6073P_o^{-0,0837}P_b^{0,1187}(P_{cf}/P)^{0,2165}U_{d_e}$ e da oferta: $(Q_S/P)^{\wedge} = 6,1818P_o^{0,3267}P_m^{-0,0907}P_c^{-0,3064}P_p^{0,0214}u_s$. A elasticidade-preço da demanda é -0,0837, assim a demanda de carne de ovino é inelástica em relação ao seu preço. Se ocorrer um aumento de 10% no P_o tem-se uma queda na quantidade demandada de 0,837%. A elasticidade-preço da oferta é 0,3267. Isto mostra que a oferta de carne de ovino é inelástica em

relação ao seu preço. Isto implica que um aumento no P_o na ordem de 10% trará como consequência um aumento na quantidade ofertada na ordem de 3,26%. A elasticidade-preço cruzada da demanda de carne de ovino em relação ao P_b é 0,1187. Como o seu valor é maior do que zero, pode-se afirmar que os dois produtos são substitutos. Uma retração no P_b de 10% terá como consequência uma queda na quantidade demanda de caprino de 1,187%. A elasticidade-preço cruzada da oferta de carne ovino em relação ao P_c é -0,3064. Os bens são substitutos. Desta forma, uma retração no P_c na ordem de 10% terá como consequência um decréscimo da quantidade ofertada de carne de ovino de 3,064%. A elasticidade - renda da demanda é 0,2165. Isto implica dizer que a carne de ovino é um bem normal. Se ocorrer um acréscimo de 10% na renda dos consumidores, implicará numa expansão da quantidade demandada de 2,165%. Por fim, o estudo mostra uma relação direta entre a quadra invernos e quantidade ofertada de ovinos no mercado, portanto a precipitação pluviométrica afeta diretamente a formação do pasto nativo.

Conclusões e Perspectivas

Apesar do estudo não fazer nenhuma citação enfocando o aspecto tecnológico, a tecnologia é marcante para o melhoramento de raças no tocante às técnicas de manejo reprodutivo, quanto à monta, parição, seleção, profilaxia, sanidade e desenvolvimento ponderal com vistas a proporcionar alta produtividade a baixos custos relativos, portanto, capaz de fornecer alta rentabilidade no sentido de tornar essa atividade econômica competitiva frente à competição dos mercados.

Em suma a ovinocultura deve ser observada pelos governos (federal, estadual e municipal) com equidade e eficiência na agropecuária, como fonte de renda para os pequenos e médios produtores de ovinos no combate à fome, e conseqüentemente, implicará numa redução significativa no cenário de pobreza existente no Estado do Ceará.

Agradecimentos

A Universidade Regional do Cariri pelo apoio financeiro.

Referências

- [1] CAMPOS, K. C. **Arranjos Produtivos Locais: o caso da caprino-ovinicultura nos Municípios de Quixadá**. 97f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – UFC/CCA/DEA, Fortaleza, 2004.
- [2] NOGUEIRA FILHO, A. **O Agronegócio da Ovinocultura no Nordeste Brasileiro**. Fortaleza: Banco do Nordeste/ETENE, 2006.

Marx à Luz da Realidade Brasileira Contemporânea

Ana Paula dos santos Brito¹, Francisco José Soares Teixeira²,

1 – Graduanda em economia pela Universidade Regional do Cariri - URCA e Bolsista CNPQ, 2 - Professor adjunto da Universidade Regional do cariri - URCA.

Introdução

O presente trabalho tem como intuito mostrar que a teoria de Marx ainda continua atual, embora mesmo que muitos autores da pós-modernidade procuram refutar o pensamento marxiano. Tendo nessa perspectiva que os clássicos como (Adam Smith, David Ricardo, Marx, Kant e tantos outros que foram responsáveis pela produção da política, da economia e da cultura do mundo moderno) devem ser lidos e pensados na atualidade. Assim, a presença de Marx como de todos esses autores acima citados continua marcando fortemente o campo das ciências políticas. A partir deste contexto o presente trabalho objetiva mostrar a atualidade do pensamento de Marx, de maneira específica.

Metodologia

O presente trabalho foi elaborado a partir de uma revisão de literatura, sendo realizado mediante pesquisas bibliográficas e documentais. De cunho eminentemente teórico subsidiando a análise proposta. Tendo como questão norteadora a atualidade do pensamento de Marx.

Resultados e Discussão

A partir de uma leitura atenta de Marx é possível observar que seu pensamento é atual mesmo diante de críticas de autores consagrados como Lyotard. Este autor, na sua obra *A condição pós-moderna* afirma o fim das metanarrativas (grandes relatos), por exemplo, o meta relato da emancipação humana. Porém, é importante salientar que quando a teoria de um autor vem a público, é como uma pedra lançada ao longe: pode resultar num desastre fatal ou, como diria Hegel, servir de “matéria-prima” para a produção de novos conhecimentos das gerações futuras. [1] Sendo assim, o pensamento de Marx é matéria prima para uma geração tanto presente quanto futura, pois, enfatizando a atualidade de Marx o momento histórico do seu pensamento ainda não foi superado, tornando sua filosofia ainda viva. [2]

A análise sobre a natureza das crises de Marx só mostra tão quão permanece recente o seu pensamento, em que sua obra apresenta uma sequência lógica partindo da categoria mais simples, a mercadoria, perpassando a categoria do trabalho e derivando desta, a força de trabalho; para assim, analisar como o papel moeda se transforma em capital, e assim, chegar à forma de mais-valia. Considerando que o objeto de estudo de Marx, o capitalismo, é historicamente determinado, sendo suas determinações históricas, o que pode elencar mudanças ao longo do tempo.

Conclusões e Perspectivas

Reafirmando que a teoria de Marx ainda continua viva na contemporaneidade, uma vez que, sua teoria serviu de matéria-prima para a construção de novos conhecimentos e assim continua na atualidade. O presente trabalho tem como perspectiva proporcionar uma reflexão a cerca da economia, política e direito em Marx com base na constituição de 1988 e do código civil de 2002, a fim de aludir uma crítica dos direitos humanos à luz da realidade brasileira contemporânea.

Agradecimentos

Ao CNPQ pelo apoio financeiro concedido, a Universidade Regional do Cariri e em especial ao meu orientador Francisco José Soares Teixeira que me concedeu confiança e apoio para realização dessa pesquisa.

Referências

[1] SAVIANI. Pedagogia histórico crítica. **Primeiras aproximações**. São Paulo 1991

[2] TEIXEIRA, Marx no século XXI- uma leitura de o capital à luz da realidade contemporânea, Crato 2012.

Conjuntura e Dinâmica Econômica no Estado do Ceará: 2000 - 2010

Ladislau da Silva Fernandes¹, Camila Pereira Brígido Rodrigues¹ José Márcio dos Santos²

1 – Graduando(a) em Economia pela URCA e bolsista CNPQ, 2 – Professor Assistente do Departamento de Economia

Introdução

O presente resumo apresenta um esboço acerca da dinâmica econômica recente no estado do Ceará, buscando contribuir para a compreensão de quais os tipos de atividades produtivas foram desenvolvidas aos longos dos anos. Tal pesquisa constitui parte do projeto “Identificação e mapeamento das atividades produtivas no estado do Ceará: uma proposta de avaliação para o período 1990 – 2010”.

O estado do Ceará intensifica seu processo de desenvolvimento pautado na industrialização a partir da década de 1980. Nesse período, as indústrias tiveram maiores investimentos no estado, ocasionando de fato um aumento no Produto Interno Bruto (PIB) cearense em meados dos anos 2000-2010.

Anos/ Local	Ceará		
	PIB pm	Taxa de crescimento(%)	PIB per capita
2000	22.607	4,84	3.014
2001	24.533	1,47	3.221
2002	28.896	4,88	3.735
2003	32.565	1,47	4.145
2004	36.866	5,15	4.622
2005	40.935	2,81	5.055
2006	46.303	8,02	5.635
2007	50.331	3,34	6.149
2008	60.099	8,49	7.112
2009	65.704	0,04	7.687
2010	76.705	7,90	9.066

Tabela 1: Produto Interno Bruto, PIB per capita, taxa de crescimento (%) Ceará 2000-2010.

Fonte: IPECE (2011)

Notas: PIB (valores correntes em R\$ milhão) e PIB per capita (valores correntes em R\$).

A partir dos dados apresentados na tabela 1, observam-se alterações expressivas do PIB cearense no período em questão. No ano 2000, o PIB a preço de mercado no Ceará era de R\$ 22.607.000,00. Durante o transcurso dos anos 2000 a 2010 observa-se um crescente aumento de R\$ 54.098.000,00. No PIB per capita há uma diferença de R\$ 6.052,00, ou seja, no ano 2000 o PIB per capita que é a divisão do resultado do PIB pm do estado pelo número de habitantes do mesmo local é de R\$ 3.014,00 e no ano 2010 R\$ 9.066,00. Contudo, a taxa de crescimento da economia do estado cresce em 3,06% durante os mesmos anos.

Metodologia

A metodologia deste trabalho deu-se por meio de um levantamento bibliográfico e leitura da bibliografia selecionada sobre as temáticas relacionadas às conjunturas e dinâmica econômica do Ceará nos períodos 2000 - 2010; seguido da estruturação do assunto em forma de resumo, focado nos principais aspectos para uma melhor compreensão do leitor sobre o tema proposto.

Resultados e Discussão

Os principais setores de discussão são: o da indústria, comércio varejista, agropecuária e o turismo. Durante os anos 2000 apresentaram comportamentos que segundo o IBGE (2013), a indústria cearense, em abril/2003 sobre março/2003, registrou um aumento na produção física de 3,17%. Em comparação com o ano de 2009 que fechou o ano com uma redução de 3,74% sobre 2008, mas melhor que a taxa apresentada pela indústria nacional, de -7,31%.

No comércio varejista, a variação no volume das vendas do varejo, de janeiro a abril/2003 sobre janeiro a abril/2002, registrou-se uma taxa negativa de 8,01%. Contribuíram para esse resultado, a redução verificada nas vendas dos combustíveis e lubrificantes (-13,21%), hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-11,40%), móveis e eletrodomésticos (-0,30%) e artigos de uso pessoal e doméstico (-9,27%). No ano de 2009 o comércio foi beneficiado pelas medidas anti-crise do Governo Federal, com redução de impostos, que direta ou indiretamente contribuíram para alavancar as vendas do comércio, ou seja, as vendas varejistas cearenses, em 2009, apresentaram taxa superior a média brasileira.

Segundo estimativa do IBGE (2013) a produção agrícola do Ceará, em 2003, foi 1.105 toneladas de grãos, representando um aumento de 18,33% sobre a produção colhida em 2002 (933 mil toneladas). O resultado ficou amparado, sobre tudo, no aumento de 20,68% na safra de milho, que passou de 628 mil toneladas, obtida em 2002, para 759 mil toneladas, em 2003.

Os efeitos das atividades turísticas sobre a economia cearense são cada vez mais acentuados. Segundo a Secretaria do Turismo do Estado (2013) 1,8 milhões de pessoas visitaram o Ceará, no ano de 2004, significando 15,1% acima do contingente de 2003. No ano de 2009 continua mostrando dinamismo e expansão. Face à diversidade e potencialidade dos recursos naturais (litoral, serra e sertão), econômicos e culturais, o produto turístico do Ceará, tende a ser cada vez mais enriquecido e diversificado.

Conclusões e Perspectivas

A partir dos argumentos apresentados, a proposta do projeto é avaliar o dinamismo interno da economia cearense através da análise da reconfiguração das atividades produtivas, por meio do deslocamento das empresas ao longo do espaço territorial cearense.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) que juntamente com a Universidade Regional do Cariri (URCA) oferecem o apoio financeiro.

Referências

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Conjuntura Econômica do Ceará**. Fortaleza Julho/2013.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Boletim de Conjuntura Econômica – 2009.** Fortaleza 2010.

Valoração Ambiental: Um estudo de caso do Parque Ecológico Estadual do Sítio Fundão a partir do método de avaliação contingente.

Camila Pereira Brígido Rodrigues¹, Wellington Ribeiro Justo²

1 Graduando (a) em Economia pela URCA, 2 Professor Associado do Departamento de Economia da URCA.

Introdução

A redução dos atos ativos ambientais é um fato notório que pertencente a evolução, porém vem sendo agravado com a atuação irresponsável do homem diminuindo os ativos e em alguns casos levando ao seu esgotamento. Estes atos abrangem impactos negativos sobre a qualidade de vida do homem e imposto restrições às atividades produtivas. Este estudo tem por objetivo analisar a disposição a pagar pelo Parque Ecológico Estadual do Sítio Fundão por meio do método de avaliação contingente. Este método consiste na aplicação de questionários permitindo revelar a preferência do consumidor para depois analisar as disposições a pagar pela criação, recuperação e preservação da área verde e do patrimônio histórico cultural do referido parque.

Metodologia

O Parque Ecológico Estadual do Sítio Fundão localiza-se nesse município de Crato e ocupa uma área de 93.520 hectares caracterizada como utilidade de conservação de proteção integral e foi criado por meio do Decreto Estadual 29179/2008. As informações que utilizadas nesse trabalho foram obtidas com a aplicação de questionários entre pessoas com idade igual ou superior a 18 anos durante. Estes foram elaborados seguindo o padrão da literatura de valoração. Foi utilizado o Método de Avaliação Contingente, em virtude desta metodologia permite captar os efeitos de políticas públicas notadamente investimentos que afetam bens e serviços públicos que geram grandes externalidades positivas não observadas, portanto, não captadas nos preços de mercado.

Resultados e Discussão

A estatística descritiva das variáveis traz que a população pesquisada, na média, tem o seguinte perfil: 41,8% são homens, 23% se declaram brancos, 44% solteiros e com idade média situada na faixa etária entre 35 a 40 anos, renda familiar de 3,79 salários mínimos e com família em média de 3,81 membros. Em média a população pesquisada apresenta um gasto mensal com lazer de aproximadamente R\$ 130,00. No que diz respeito à riqueza cerca de 39% apresentam pelo menos três dos itens considerados (casa própria, automóvel, geladeira, fogão, máquina de lavar, computador, telefone fixo e celular). Não distante da realidade brasileira observa-se uma distribuição bastante desigual da renda familiar onde aproximadamente 70% das famílias recebem até 4 salários mínimos. No topo da distribuição percebe-se que apenas 2,17% das famílias recebem mais de 6 salários mínimos.

Inicialmente tem-se a estimativa do modelo logit considerando toda a população entrevistada. Isto é, incluindo os votos de protesto. Exceto os coeficientes da

dummies: Sexo e Raça, todos os demais foram significantes e apresentaram os sinais esperados. Dos coeficientes significantes apenas o coeficiente da renda familiar foi significativa a 10% e os demais a 1%. A renda familiar, escolaridade e idade afetam positivamente a probabilidade do indivíduo estar disposto a pagar pela criação do parque. Por outro lado, o valor do lance diminui a probabilidade de aceitar pagar pelo parque. Há diferenças a depender do estado civil, ou seja, os indivíduos solteiros têm menor probabilidade de pagar em relação às demais categorias (casado, separado, divorciado e viúvo).

Conclusões e Perspectivas

Os resultados apontaram que a idade, escolaridade, renda familiar, gasto com lazer elevam a probabilidade da disposição a pagar. Em sentido, contrário, o valor do lance e para os solteiros, há uma diminuição da disposição em pagar. A magnitude dos efeitos marginais calculados com os valores médios das variáveis apontaram diferenças quando são incluídas todas as observações e quando são retirados os votos de protesto. Em geral, os efeitos são maiores neste último caso. Também neste caso os homens têm menor disposição a pagar. A DAP média com os votos de protesto foi estimada em R\$3,33 e sem os votos de protesto em R\$ 7,77. Por sua vez os valores agregados foram de R\$ 1,8 milhão com os votos de protesto e de R\$ 4,8 milhões sem os votos de protesto. Assim, os resultados sugerem que o Governo do Estado do Ceará agiu de forma correta ao adquirir a área de um proprietário privado para criar o parque, uma vez que o ganho de bem-estar da população beneficiada supera em 50% o valor investido considerando os votos de protesto e em 265% quando são retirados os votos de protesto.

Agradecimentos

A Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) que juntamente com a Universidade Regional do Cariri (URCA) ofereceram o apoio financeiro.

Referências

- ARAÚJO, A. F. V. de. Valoração Ambiental: uma aplicação do modelo logit para a avaliação monetária do Jardim Botânico da cidade de João Pessoa. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002. 117 p
- MARTINS, G.N. O valor da opção de preservação do parque dos manguezais. Dissertação (Mestrado em Economia) – PIMES -Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007. 96p.
- MOTTA, R. S. Manual para Valoração Econômica de Recursos ambientais. Rio de Janeiro: IPEA/MMA/PNUD/CNPq, 1997.

POLITICAS DE INCENTIVOS FISCAIS E SUAS CONSEQÜÊNCIAS SOBRE O EMPREGO CEARENSE: 1990 - 2010.

Camila Pereira Brígido Rodrigues¹, Ladislau da Silva Fernandes ¹, José Márcio dos Santos²

1 Graduando(a) em Economia pela URCA e Bolsista CNPQ, 2 Professor Assistente do Departamento de Economia da URCA.

Introdução

As políticas públicas estimulam a industrialização por meio de incentivos fiscais. Após o estrangulamento do governo federal advindo da crise da dívida pública e da moratória internacional tais políticas passam a ser de responsabilidade do governo Estadual.

É a partir de 1980 que o Ceará passa então a reverter sua condição de estado de economia majoritariamente agrícola e iniciar o processo de desenvolvimento pautado a industrialização.

É com o Governo Tasso Jereissati, em 1986, que se constituiu a mudança acerca da visão política empreendida pelo governo sobre os rumos do desenvolvimento local. Sob esta nova liderança passou-se a implementar grandes reformas políticas, que viriam a repercutir na formação de uma nova estrutura econômica.

Dessa forma, a partir de 1980 o Ceará passou por significativas transformações macroeconômicas, porém há também uma alteração na alocação do emprego entre os setores econômicos caracterizando uma possível modificação no mercado de trabalho regional.

Tal pesquisa constitui parte do projeto "Identificação e mapeamento das atividades produtivas no estado do Ceará: uma proposta de avaliação para o período 1990 – 2010".

Metodologia

O modelo teórico a ser empregado na pesquisa constitui da estimação das medidas de localização e especialização. Estes métodos têm sua base analítica nas informações sobre a distribuição espacial da variável em termos de região e atividades econômicas em um dado período de tempo. No presente caso, a variável base a ser analisada é o emprego; onde se averiguará sua distribuição ao longo do espaço sobre as diversas atividades econômicas.

Os dados usados na pesquisa são de natureza secundária, e compreendem as informações sobre o volume de emprego formal presentes no banco de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho.

Resultados e Discussão

Durante o período de Governo na Política Cearense de Tasso Jereissati ocorreram mudanças significativas no que diz respeito à instalação industrial no estado e consequentemente a geração e empregos.

A agropecuária, que contribuía com 28,3% do PIB estadual na década de 1980, torna-se o terceiro setor em importância a partir da década de 2000, cedendo espaço para o setor de serviços e indústria, numa redução de

aproximadamente 66%. A indústria por sua vez amplia sua participação na composição do PIB do estado, saindo de 25,6%, em 1980, para 47,8%, em 2000; uma ampliação na ordem de aproximadamente 86% em vinte anos. O setor de serviços apresenta um comportamento oscilante, mas se mantém estável em termos de desempenho ao longo do tempo.

É possível verificar que quando se refere à geração de empregos, as políticas públicas geram um ganho quando se leva em consideração que os setores urbanos são favorecidas com a infraestrutura imprescindível para sua implementação, assim como o favorecimento de descontos advindo de políticas fiscais e estímulos tributários. Conseguindo assim o favorecimento dessas atividades e com ocorresse uma maior geração de empregos.

Com isso, tem-se uma reorganização do emprego devido ao novo legue industrial que se formou, evidenciando assim uma clara tendência de concentração do emprego em atividades urbanas

Conclusões e Perspectivas

Ao fim da pesquisa deseja-se mapear as atividades produtivas no Ceará, verificando assim a conjuntura empregatícia no estado, o comportamento dinâmico do emprego, direcionamento de estratégias aquelas atividades que possuem alto nível de atração de mão-de-obra. Tenta-se então mostrar qual setor é o responsável pelo maior numero de empregos e explicar o desempenho econômico dos setores produtivos na economia Cearense. Proporcionando assim a construção de políticas públicas específica voltadas a ampliação do emprego em níveis locais, respeitando a vocação produtiva as distintas regiões do estado.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) que juntamente com a Universidade Regional do Cariri (URCA) oferecem o apoio financeiro.

Referências

POCHMANN, M. Desafios e limites das políticas de emprego no Brasil. Campinas, Mimeo. 1998.

QUEIROZ, S; TARGINO, I. **Ceará: migração de retorno e de não-naturais durante a década de 1990.** Anais do V Encontro Nacional sobre Migração. Campinas: ABEP, 2007.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste.** Recife: Massangana, 1989

GOMES, Gustavo Maia. VERGOLINO, José Raimundo. **A Macroeconomia do Desenvolvimento Nordestino: 1960/1994.** Rio de Janeiro: IPEA, mai. 1995. (Texto para discussão nº 372).

A CONTRIBUIÇÃO DO PRONAF PARA A SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CRATO - CE

Francisca Katiane Ernesto de Melo¹ Nagilane Parente Damasceno²

1 - Universidade Regional do Cariri – URCA, 2 - Universidade Regional do Cariri – URCA.

Introdução

A agricultura familiar exerce um papel fundamental para o desenvolvimento social e crescimento equilibrado do país. Os pequenos produtores que compõem a agricultura familiar fazem dela um setor em expansão e de vital importância para o Brasil. Além disso, contribui para a criação de empregos, geração e distribuição de renda e diminuição do êxodo rural [1]. O Pronaf é um programa de suporte ao desenvolvimento rural que visa estruturar um modelo de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, com o objetivo de elevar e diversificar a produção e, conseqüentemente, aumentar os níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida [2]. Pesquisas realizadas com o intuito de avaliar a contribuição do Pronaf com relação ao crescimento da renda e à melhoria do padrão de vida dos agricultores mostraram que o programa proporciona efeitos positivos. No entanto, outros estudos indicaram que o mesmo apresenta resultados negativos em termos de impacto, além de piorar a situação dos beneficiários em relação aos não beneficiários [3]. Apesar da importância da agricultura familiar para o desenvolvimento local, regional e nacional, e dos elevados custos de operacionalização do Pronaf, poucos estudos foram realizados para avaliar a contribuição do programa para a sustentabilidade socioeconômica dos agricultores familiares. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é avaliar a contribuição do Pronaf para a sustentabilidade socioeconômica dos beneficiários do programa no município de Crato.

Metodologia

Este estudo foi realizado com base em dados primários oriundos da aplicação de questionários semiestruturados para informações qualitativas e quantitativas junto a 50 produtores beneficiários, incluídos na categoria B do Pronaf, e a 50 produtores não beneficiários do programa, no município de Crato. A análise descritiva, realizada através da utilização de tabelas de distribuição de frequência, foi empregada para identificar e revelar as principais características referentes às variáveis que compõem os indicadores utilizados para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDS).

Resultados e Discussão

Os resultados mostram que a maior contribuição na composição do índice foi do indicador habitação, tanto para

beneficiários quanto para não beneficiários, enquanto as menores participações foram do indicador lazer para beneficiários e não beneficiários. Considerando o IDS de cada grupo de produtores, observa-se que os beneficiários e não beneficiários apresentam índices de 0,5374 e 0,3798, respectivamente. O teste t mostra que há diferença entre o IDS de beneficiários e não beneficiários.

Conclusões e Perspectivas

Com base nos resultados encontrados no presente estudo, conclui-se que a categoria dos beneficiários apresenta um médio nível de desenvolvimento socioeconômico, enquanto os agricultores familiares não beneficiários apresentam um baixo nível de desenvolvimento socioeconômico. O indicador habitação apresenta a maior contribuição no IDS dos beneficiários e não beneficiários, enquanto o indicador lazer exibe menor participação no IDS, tanto para beneficiários quanto para não beneficiários. Assim, considera-se que o poder público deve realizar investimentos no sentido de proporcionar melhores condições de lazer para os agricultores e suas famílias. Além disso, é essencial a canalização de recursos para o desenvolvimento de infraestrutura produtiva na localidade em que o estudo foi realizado. Assim como as condições de lazer, a existência de infraestrutura física é um fator fundamental para viabilizar a adoção de pacotes tecnológicos modernos.

Agradecimentos

À Deus por seu amor incondicional. À minha orientadora Prof. Nagilane Parente Damasceno. À Universidade Regional do Cariri pelo apoio financeiro recebido.

Referências

- [1] MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Safra 2004/2005**. 2004. Disponível em: <http://www.faespsenar.com.br/faesp/eco/politicaagricola/PlanoSafraAgriculturaFamiliar04.pdf>. Acesso em: 26 out. 2012.
- [2] _____. **Perguntas e Respostas sobre o PRONAF**. 2005. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/saf/index.php?scoid=1243>. Acesso em: 22 out. 2012.
- [3] GUANZIROLI, C. E. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Rio de Janeiro, vol. 45, n. 02, p. 301-328, abr/jun. 2007.

O EMPREGO DO MÉTODO DE EQUAÇÕES SIMULTÂNEAS PARA A CULTURA DO FEIJÃO-CAUPI (*Vigna unguiculata*(L.)Walp.) NO ESTADO DO CEARÁ (2000/2011).

Myrelle de Lima Medeiros¹, Francisco Roberto Dias de Freitas¹

1 – Universidade Regional do Cariri - URCA

Introdução

O feijão-caupi (*Vigna unguiculata* (L.) Walp) é uma importante leguminosa nas regiões tropicais e sub-tropicais, estando presente em 65 países de diferentes continentes, na Ásia e Oceania, sudeste da Europa, África, sudeste dos EUA, América Central e América do Sul. Estima-se que seja cultivado em 14,5 milhões de hectares com uma produção anual em torno de 4,5 milhões de toneladas [1].

No Brasil são cultivadas várias espécies de feijão, como *Phaseolus vulgaris* L. (feijão comum), *Vigna unguiculata* (L.) Walp. (feijão-caupi), *Vignaradiata*(L.) Wilczek (feijão-de-soupa), *Vignamungo* (L.) Hepper (feijão-mungo), *Vigna umbellata* (Thunb.) Ohwi&Ohashi (feijão-arroz) e Aduzuki(*Vigna angularis*), sendo que as mais importantes são o feijão-comum e feijão-caupi [2].

No Nordeste brasileiro temos a predominância do cultivo do feijão-caupi, pois além de ser uma importante fonte de proteína condicionada ao baixo custo de produção, o mesmo permite sua adaptação em diferentes condições edafoclimáticas como a tolerância a estresse hídrico e fertilidade do solo.

O feijão-caupi faz parte da alimentação do povo cearense, pois ele é plantado por pequenos e médios produtores em consórcio com outras culturas, como exemplo o milho e o algodão.

Nesse contexto, a pesquisa propõe realizar uma análise do mercado do cultivo do feijão no Estado do Ceará, contendo informações que sejam úteis aos produtores na tomada de decisão, no diz respeito à produção e comercialização. Especificando: i) estimar as equações de oferta e de demanda de feijão, bem como a equação reduzida para a variável endógena preço; ii) calcular a elasticidade-preço da demanda de feijão; iii) calcular a elasticidade-preço da oferta de feijão; iv) calcular a elasticidade-preço cruzada da demanda entre os preços de feijão e fava; v) calcular a elasticidade-preço cruzada da oferta entre os preços de feijão e fava; vi) calcular a elasticidade-renda da demanda; vii) mostrar se a precipitação pluviométrica tem influência positiva ou negativa na quantidade ofertada.

Metodologia

A pesquisa será realizada no Estado do Ceará /CE, localizado no Nordeste do Brasil, a 2º ao sul do Equador. É

fácil conferir sua localização geográfica em relação aos principais mercados consumidores mundiais. O moderno Terminal Portuário do Pecém e Porto do Mucuripe, situam o Ceará a apenas sete dias de viagem aos Estados Unidos e ao Mercosul, e a nove dias ao Porto de Roterdã, um dos principais da Europa [3].

Os dados da pesquisa serão coletados através de consultas bibliográficas junto aos órgãos federais e estaduais, tais como, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), dissertações, teses, revistas especializadas, *internet*, etc.

O método utilizado na pesquisa foi o método dos mínimos quadrados ordinários de dois estágios (MQ2E), para estimar simultaneamente os parâmetros das equações de demanda e oferta.

Resultados Esperados

Espera-se verificar se a demanda e oferta por feijão é inelástica em relação ao seu preço. Com base no modelo citado anteriormente demonstrar se o feijão e a fava são bens substitutos, e por fim mostrar a influência da precipitação pluviométrica na cultura do feijão.

Agradecimentos

A Universidade Regional do Cariri pelo apoio financeiro.

Referências

[1] UCHÔA, S.C.P. et al. **Identificação de Genótipos de Feijão-caupi olerantes a Acidez em um Latossolo Vermelho-Amarelo do Estado de Roraima**. 2007. Disponível em: <<http://revista.ufr.br/index.php/agroambiente/article/.../7..>>. Acesso em 30 de março de 2013.

[2] MATOS FILHO, C.H. A. **Análise Genética de Caracteres Relacionados à Arquitetura de Planta em Feijão-Caupi (*Vigna unguiculata* (L.) walp.)**. 2006. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppga/arquivos/files/dissertacao%20carlos%20humberto.pdf>> . Acesso em 22 de março de 2013.

[3] CEDE. **O Ceará como Estratégia de Desenvolvimento Econômico**: Fortaleza: CEDE, 2007.

COMPOSIÇÃO SETORIAL DO EMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA - RMF

Maria Aline Pereira de Brito¹, Rayanne Gomes dos Santos¹, José Micaelson Lacerda Morais²

1 - Bolsista de Iniciação Científica PIBIC-CNPq, 2 - Universidade Regional do Cariri - URCA

Introdução

As metrópoles funcionam como aceleradores de fluxos e de ritmos através de novas configurações logísticas, estruturas de atividades e estratégias de localização [1]. O objeto de estudo deste artigo é constituído pela Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Criada em 1973, e definida por legislação federal, atualmente é constituída por 15 municípios. Representa de longe a principal economia do Ceará e abrigava, em 2010, cerca de 3,4 milhões de habitantes, concentrando 42,0% da população do estado. Este trabalho tem por objetivo analisar a composição setorial do emprego na RMF.

Metodologia

Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e dados secundários do IBGE e do MTE. A análise do emprego fornece indicações sobre as tendências da estrutura produtiva através da composição setorial do trabalho.

Resultados e Discussão

Em termos gerais, observa-se uma tendência de desconcentração do emprego no estado. Entre 2000 e 2010, a RMF teve reduzida sua participação de 36,25% para 34,78% nos empregos totais do estado. Em termos setoriais destacam-se a indústria de transformação, comércio, serviços e administração pública como setores de maior densidade de emprego. Em 2010, a indústria de transformação respondia por 19,12% dos empregos, o comércio por 16,37%, serviços por 34,84%, e a administração pública por 20,91%. As mudanças mais relevantes em termos de emprego no período considerado estão relacionadas ao aumento da participação do emprego na construção civil, de 4,74% para 7,28%, do comércio de 14,34% para 16,37%, dos serviços de 31,55% para 34,84%, e a queda na participação dos empregos da administração pública de 26,21% para 20,91%. Destacamos, também, a importância que assumiram alguns municípios da região nos empregos da indústria de transformação e nos serviços. São exemplos Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Horizonte, Maracanau, Maranguape, Pacajus, Pacatuba e São Gonçalo do Amarante. Nos empregos da indústria de transformação enquanto a taxa de crescimento do emprego em Fortaleza foi de 36,07%, a taxa de crescimento destes municípios variou entre

81,39%, em Maracanau, e de 843,66%, em São Gonçalo do Amarante. Nos empregos do setor de serviços, enquanto a taxa de crescimento de Fortaleza foi 107,89%, a taxa de crescimento dos municípios acima referidos variou entre 125,47%, em Maracanau, e 541,17%, em São Gonçalo do Amarante. A exceção foi o município de Eusébio com taxa de crescimento de 27,38%. Vale salientar que este já apresentava bastante densidade no setor de serviços. Em 2010, Eusébio possuía 15.944 empregados no setor de serviços, quantidade maior que todo o emprego gerado no mesmo setor na RMC, que foi de 14.405 empregos. É importante observar, ainda, que embora a taxa de crescimento do emprego no setor da agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, tenha sido muito débil para a RMF, 16,43%, estando acima somente dos serviços industriais de utilidade pública, 10,99%, alguns municípios apresentaram elevadas taxas de crescimento. Cascável, Guaiuba, Maranguape, Pacajus e São Gonçalo do Amarante, apresentaram taxas que variaram entre 227,31% e 848,15%.

Conclusões e Perspectivas

A análise da composição setorial do trabalho permitiu observar uma nova espacialidade na RMF: muito mais complexa; caracterizada por novas formas de concentração urbana; e novos padrões espaciais articulando diferentes escalas e setores. Nessa nova configuração urbana emergem novas formas de (des)concentração do trabalho derivadas do processo de difusão da modernização econômica, de diferenciação espacial, da generalização da urbanização sobre o território, e da multipolarização ou multicentralidade que acompanha tal processo.

Agradecimentos

Ao CNPq pelo apoio financeiro.

Referências

[1] VELTZ, Pierre. Tempos da economia, tempos da cidade: as dinâmicas. In: ACSELRAD, Henri (Org). **A duração das cidades: sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ANÁLISE SETORIAL DO EMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI - RMC

Rayanne Gomes dos Santos¹, Maria Aline Pereira de Brito¹, José Micaelson Lacerda Morais²

1 - Bolsista de Iniciação Científica PIBIC-CNPq, 2 - Universidade Regional do Cariri - URCA

Introdução

Parte-se do pressuposto de que as cidades constituem-se em nós da rede urbana através da qual é possível observar os reflexos do avanço da divisão técnica e territorial do trabalho e as transformações decorrentes do padrão de acumulação de capital [1], [2]. A urbanização brasileira na passagem do século XX é marcada por uma nova espacialidade muito mais complexa e caracterizada por novas formas de concentração urbana e novos padrões espaciais. O objeto de estudo deste artigo é constituído pela Região Metropolitana do Cariri (RMC). Criada, em 2009, pelo governo do estado, representa o principal polo econômico do centro-sul do Ceará e abrigava, em 2010, uma população de 564 mil habitantes, concentrando 7,0% da população do estado. Está constituída por 9 municípios: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Cariri, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. Este trabalho tem por objetivo analisar a composição setorial do emprego entre os municípios da RMC.

Metodologia

Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e dados secundários do IBGE e do MTE. A análise do emprego fornece indicações sobre as tendências da estrutura produtiva através da composição setorial do trabalho.

Resultados e Discussão

Em termos gerais observa-se uma tendência de desconcentração do emprego no estado. Entre 2000 e 2010, as taxas de crescimento de emprego para a RMC, RMF e estado, foram respectivamente de 106,49%, 84,06% e 91,84%. Na RMC destacam-se a indústria de transformação, comércio, serviços e administração pública como setores de maior densidade de emprego com participações de, respectivamente, 25,00%, 21,43%, 19,68% e 28,20. Destacamos, ainda, a importância que vem assumindo o setor da agropecuária, extração vegetal, caça e pesca para cinco de seus nove municípios, apesar do mesmo participar com menos de 1,00% dos empregos na região. Entre 2000 e 2010, a taxa de crescimento dos empregos deste setor foi de 584,00%, com destaque para o município de Missão Velha que apresentou crescimento de 10.400,00%. Os demais municípios que apresentaram elevadas taxas de crescimento do emprego no referido

setor, variando de 200,00% a 600,00%, foram Barbalha, Crato, Jardim e Santana do Cariri. %. Importa destacar o peso e a diversificação econômica do seu município-núcleo no emprego, justificando a posição de Juazeiro do Norte como centro regional na rede urbana estadual, inclusive com destacadas interações espaciais para municípios de outros estados do Nordeste. Juazeiro do Norte representava, em 2010, 55,97% do emprego industrial da região, 75,74% dos serviços industriais de utilidade pública, 61,55% da construção civil, 67,99% do comércio, 55,98% dos serviços e 40,52% dos empregos da administração pública. A dinâmica econômica de Juazeiro do Norte na década de 2000 sugere um efeito polarizador do emprego na indústria de transformação e nos serviços. Entendemos que esta dinâmica, embora com forte força polarizadora, tem impactado de forma positiva sobre os setores do comércio e da construção civil dos demais municípios da região.

Conclusões e Perspectivas

A estrutura do emprego por setores permitiu observar que a característica marcante da RMC é a existência de uma unidade principal, que se destaca pelo tamanho populacional e densidade econômica, o que configura um quadro de grande disparidade na conformação da região, dificultando a identificação dos problemas comuns. Por seu turno, a dinâmica econômica de Juazeiro do Norte, na década de 2000, sugere um efeito polarizador do emprego na indústria de transformação e nos serviços em relação a sua RM. Tendência que persistirá caso não seja efetivada uma estrutura de planejamento para o processo de desenvolvimento integrado como previsto na lei de criação da RMC.

Agradecimentos

Ao CNPq pelo apoio financeiro.

Referências

- [1] HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.
- [2] CORRÊA, Roberto Corrêa. **Trajетórias geográficas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

DETERMINANTES DOS PREÇOS DAS PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERESTADUAIS DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS NOS ESTADOS DO CEARÁ, PARAÍBA, PIAUÍ E MARANHÃO

Crislanne de Santana Farias ¹, Fernanda de Oliveira Vieira ¹, Wellington Ribeiro Justo²

1 - Universidade Regional do Cariri – URCA. 2- Professor Associado do Curso de Economia da URCA. Dr. Em Economia pelo PIMES-UFPE.

Introdução

Dada a importância do transporte rodoviário no Brasil, a dinâmica do setor de transporte rodoviário de passageiros tem demandado a implantação de uma sistemática para melhoria e agilidade de planejamento dos serviços ao usuário. Ao analisar viabilidade de linhas de transporte, bem como a geração de cenários e o volume de movimentações e o padrão de tarifação projetado para viagens entre polos de transporte, são os aspectos mais relevantes a serem considerados em um aplicativo desse tipo[1]. Países como o Brasil com uma grande extensão territorial, pode-se recomendar que a planificação dos sistemas de transportes seja inicialmente feita por etapas regionais, realizando-se posteriormente um plano nacional de transportes que as inter-relacione. As diferenças regionais em diversos setores fazem com que os objetivos e metas a serem atingidos pelos transportes variem em cada região. Assim, áreas desenvolvidas podem ter como objetivo principal reduzir os custos de produção ou evitar interrupções nos fluxos de fornecimento de matéria prima às indústrias. Já em uma zona mais atrasada economicamente, os planos de transportes podem objetivar o acesso a áreas mais favoráveis à agricultura ou simplesmente a geração de empregos oriundos da implantação do sistema e seu uso posterior. O presente trabalho analisa o mercado nacional de transporte rodoviário em suas relações internas, através da relação de preços. Sendo o transporte rodoviário de passageiros um dos serviços públicos essenciais para todas as populações. No Brasil, sua relevância se torna ainda mais preponderante devido às condições socioeconômicas e culturais em que o país se encontra.

Metodologia

Faz-se uso de estimação de modelo econométrico[2] tendo como variável dependente o logaritmo dos preços e como variáveis explicativas o logaritmo da população do município, da renda e da distância entre os municípios. Desta forma os coeficientes são as elasticidades parciais dos preços das passagens em relação à estas variáveis. Utilizou-se informação de 55 municípios dos Estados do Ceará, Paraíba, Piauí e Maranhão.

Resultados e Discussão

De acordo com os resultados conforme apresentado na tabela 1, um aumento de 10% no Km percorrido eleva em

10,4% o preço da passagem. Para os municípios pesquisados significa que há uma relação inversa do preço da passagem e a população do município. Uma elevação de 10% na população diminui 0,3% o valor da passagem cobrada. Contudo nada se pode afirmar sobre o efeito da renda per capita do município e o valor da passagem. Cerca de 94% da variação da variável dependente é explicada pelo conjunto das variáveis explicativas. O teste F valida o modelo.

Tabela 1 Resultados da estimação.

Variável	Coficiente	T-Statistic
lnhab	-0.033	(2.46)*
lnrenda	0.208	(1.29)
lnkm	1.041	(22.78)**
cons	-3.857	(3.97)**

R2 = 0.94 N= 55

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

Nota: * p<0.05; ** p<0.01

Conclusões e Perspectivas

O transporte rodoviário de passageiros é de grande importância na economia brasileira seja pelo grande número de passageiros transportados, pelo grande volume de impostos e de empregos gerados. Contudo competição tem sido cada vez maior e as empresas para sobreviverem precisam buscar maior eficiência. Os resultados apontam para uma relação direta entre o preço da passagem e a distância percorrida e inversa em relação à população do município.

Agradecimentos

Em primeiro lugar a Deus. Depois ao professor Wellington pela oportunidade de iniciar a atividade de pesquisa através da disciplina de Econometria.

Referências

[1] TOMÉ, Paôla Tatiana Felippi. **Modelos de previsão de demanda:** uma aplicação No transporte rodoviário interestadual de Passageiros por ônibus na região sul do Brasil, 2007.

[2] GUJARATI, D. **Econometria Básica.** Ed Brookman, 5ª.Ed. São Paulo, 2011.

O PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ

Altamira Vicente dos Santos¹, Paloma Lopes da Silva¹, José Micaelson Lacerda Morais²

1 - Bolsista de Iniciação Científica PIBIC-CNPq, 2 - Universidade Regional do Cariri - URCA

Introdução

Uma nova espacialidade muito mais complexa caracterizada por novas formas de concentração urbana e novos padrões espaciais, que articula diferentes escalas, polarizações e centralidades, marca a urbanização brasileira na passagem do século XX. Estamos vivendo uma “virada espacial” [1]. Momento que se caracteriza pela importância da compreensão do espaço e da sua produção no desenvolvimento do mundo moderno. Diante do processo de urbanização generalizada que vem ocorrendo no Ceará este trabalho tem por objetivo discutir o processo de metropolização neste espaço.

Metodologia

O desenvolvimento deste trabalho foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica tendo como preocupação uma análise histórico-estrutural dos processos econômicos.

Resultados e Discussão

Existem no momento duas regiões metropolitanas no Ceará. A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), criada em 1973, e definida por legislação federal, atualmente com 15 municípios. Representa de longe a principal economia do Ceará e abrigava, em 2010, cerca de 3,4 milhões de habitantes, concentrando 42,0% da população do estado. A Região Metropolitana do Cariri (RMC), constituída por 9 municípios, criada mais recentemente por legislação estadual (2009), visto que a Constituição Federal de 1988 passou para os estados a competência da criação de novas regiões metropolitanas. Representa o principal polo econômico do centro-sul do Ceará e abrigava, em 2010, uma população de 564 mil habitantes, concentrando 7,0% da população do estado. Há, ainda, tramitando no Legislativo a proposta da criação de uma nova Região Metropolitana no norte do estado, a Região Metropolitana de Sobral (RMS), tendo como metrópole Sobral, importante polo do setor calçadista. Esta será constituída por 18 municípios representando uma população de 462 mil habitantes, 5% da população do estado. Nas últimas duas décadas tem-se observado a redistribuição do setor industrial e de alguns serviços de Fortaleza para os espaços periféricos da sua RM e também do estado. Processo que tem como protagonistas a política estadual de atração de investimentos, a criação do complexo industrial portuário e a atividade econômica do turismo. No entanto, apesar de grandes infraestruturas terem sido implementadas no espaço metropolitano não tem havido qualquer processo de

planejamento que considere a RMF em sua totalidade, prevalecendo ações setoriais e estratégias municipais. No caso da RMC, conforme lei que a instituiu, esta foi criada pela necessidade premente de redução das desigualdades regionais no estado através de investimentos estruturais e financeiros para a promoção do desenvolvimento dos municípios do interior do Ceará. No entanto, o que se observa é que a RMC encontra-se distante de um real processo de efetivação. Pouco ou nada se avançou no que se refere ao planejamento, organização e execução públicas de interesse comum, visto que os instrumentos para sua efetivação não saíram do papel. A exceção seria o Projeto Cidades do Ceará, criado antes mesmo da própria instituição da RMC, e que representa apenas um conjunto de projetos, em comparação com uma necessária estrutura de planejamento para um efetivo processo de desenvolvimento integrado como previsto na própria lei de criação da RMC.

Conclusões e Perspectivas

Conclui-se que a política de instituição de RM's é um importante instrumento para minimizar as desigualdades socioeconômicas existentes entre RMF e interior do estado. Ao permitir um tipo especial de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum, uma maior possibilidade de integração de natureza socioeconômica, favorece também o aporte de recursos específicos para esse tipo de região. Todavia, para que essa política tenha efetividade além da criação de RM's, se faz necessário implementar mecanismos apropriados e institucionalidade condizente com a gestão metropolitana: desafio ainda a ser enfrentado não somente no Ceará, mas pelo próprio país.

Agradecimentos

Ao CNPq pelo apoio financeiro.

Referências

[1] ALESSANDRI CARLOS, Ana Fani. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. ALESSANDRI CARLOS, Ana Fani, et al (Org). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NAS PRÁTICAS DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MILAGRES - ACOM

Altamira Vicente dos Santos¹, Francisca Kathyane Malheiro Lins¹, Francisca Laudeci Martins Souza²
1 – Graduanda em Economia pela URCA, 2 - Universidade Regional do Cariri - URCA

Introdução

A economia solidária é regida pelos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão, enfim da emancipação social [1]. Assim a Economia Solidária se apresenta como um meio de viabilizar a auto-sustentabilidade através da construção de alternativas que trazem novas formas de geração e apropriação de tecnologias que ofereçam sustentação aos empreendimentos. Inseridos dentro da Economia Solidária estão os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e estes compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originados da livre associação de trabalhadores nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade. Nesse contexto, este trabalho toma como plano de estudo a Associação Comunitária de Milagres (CE) – ACOM – com o objetivo de compreender de que maneira as atividades realizadas pelos associados promovem a integração, capacitação e geração de renda para os mesmos e ajudam a transformar a realidade social com base na solidariedade.

Metodologia

O desenvolvimento deste trabalho foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica. Pautamo-nos, ainda, por uma atuação em campo fundamentada pela pesquisa participante, a qual se indica como minimizadora do hiato entre o sujeito do conhecimento e seu objeto de estudo [2].

Resultados e Discussão

A Associação Comunitária de Milagres (ACOM) foi fundada a partir da iniciativa de agricultores familiares, em 4/1/1983. Localizada no interior do Cariri cearense, fornece apoio e suporte a famílias de baixa renda da região. Há trinta anos, a ACOM promove a integração das pessoas voltadas para a capacitação por meio de oficinas, produção criativa e lazer. Entre as atividades sócio-educativas, estão aulas de música, teatro, dança, esportes, caratê e capoeira, além de cursos capacitores em informática, crochê, culinária, bijuteria, serigrafia, pintura, orientação pedagógica e psicossocial. Anualmente, é realizada a FENACOM, uma feira com objetivo de arrecadar recursos, a partir das produções feitas pelos alunos nas oficinas. Esses recursos são utilizados para compra de mais materiais para as oficinas e importante para sua manutenção, além de uma porcentagem que é dada aos confeccionadores. Nesse

sentido, esses projetos garantem a inclusão social de forma associativa, gerando recursos e beneficiando a todos. Nesse contexto, vimos que a ACOM – fundada em 1983 - uma instituição civil e sem fins lucrativos, tem ganhado espaço e reconhecimento pela implementação de projetos econômicos solidários, chegando a beneficiar até então, aproximadamente 1430 pessoas de forma direta e indiretamente. Entre as atividades sócio-educativas, estão aulas de música, teatro, dança, esportes, caratê e capoeira, além de cursos capacitores em informática, crochê, culinária, bijuteria, serigrafia, pintura, orientação pedagógica e psicossocial. As atividades beneficiam agricultores, idosos, jovens e crianças, o que demonstra um compromisso de formação da identidade social dos beneficiados.

Conclusões e Perspectivas

As práticas de economia solidária ativas pela Acom- Associação Comunitária de Milagres - têm proporcionado a inclusão social e gerado renda por meio das práticas solidárias, além de promover a integração de valores éticos e emancipação política, possibilitando assim a construção de um espaço voltado para o atendimento das pessoas que de alguma forma ficaram à margem do sistema capitalista excludente.

Agradecimentos

Ao Grupo ECOS de pesquisa em Economia Solidária e Sustentabilidade, pela motivação e apoio constante.

Referências

- [1] CATTANI, A. D. Construindo a outra economia. In HESPANHA, P. et al (coord). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra, Portugal: Almedina SA, 2009.
- [2] BRANDÃO, C. R. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense. 1981 (Coleção Primeiros Passos: 38).

A ECONOMIA CRIATIVA COMO ESTRATÉGIA DE PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE DO CENTRO CULTURAL MESTRE DE LUNA- Crato (CE)

Francisca Kathyane Malheiro Lins¹, Altamira Vicente dos Santos¹, Francisca Laudeci Martins Souza²

1 – Graduanda em Ciências Econômicas na Universidade Regional do Cariri, 2 - Universidade Regional do Cariri -URCA

Introdução

A economia criativa compreende setores e processos que têm como insumo a criatividade, em especial a cultura, para gerar localmente e distribuir globalmente bens e serviços com valor simbólico e econômico[1]. Nesse sentido, este trabalho toma como território o Centro Cultural Mestre Dedé de Luna, no Distrito do Muriti, na cidade de Crato (CE), com objetivo de compreender de que maneira as atividades culturais ativadas pela população do Centro, influenciam a formação e preservação da identidade cultural ao tempo em que constituem a arte como instrumento de protesto, isto é, elemento capaz de dar visibilidade a essa comunidade, lutando pela desigualdade e ampliando-se ao meio social suas contribuições. Desde modo, o trabalho deste Centro aponta como meio estratégico a economia criativa ao incorporar as dimensões do desenvolvimento no que se refere à inclusão social, o uso de saberes e fazeres tradicionais.

Metodologia

A realização deste trabalho se deu por meio de revisão bibliográfica buscando traçar de forma coesa os conceitos de economia criativa, com dimensão à inclusão social. Assim, pautamo-nos por uma atuação em campo fundamentada pela pesquisa participante[2], a qual funciona como minimizadora do hiato entre o sujeito do conhecimento e seu objeto de estudo. Orientamo-nos também pela perspectiva etnográfica[3], onde parte da confronta a teoria e a realidade observada e identifica a reconstrução dos valores sob os quais os sujeitos determinam suas práticas.

Resultados e Discussão

O Centro Cultural Mestre Dedé de Luna, fundado em 1955, no Distrito do Muriti, na cidade de Crato (CE), é um território onde a arte popular é o meio da qual o homem do povo expressa sua luta pela sobrevivência, manifestando o testemunho de algum acontecimento. Esta é ao mesmo tempo conservadora e inovadora, ligada à tradição, inspirada em acontecimentos corriqueiros. As danças manifestadas no reisado, lapinha e coco, residem e se afirmam com características próprias demonstrando que as manifestações artísticas e culturais de caráter popular se modificam e se reinventam com o passar do tempo, caracterizando nelas o nascimento do menino Deus, a vida dos escravos e o modo de produção dos engenhos. Esta

Autor correspondente: Francisca Kathyane Malheiro Lins(kathyane.lins@gmail.com)

dimensão da cultura e da arte com lugar da existência e da resistência é ativada pelos sujeitos do Centro como possibilidade de divulgação não apenas do lúdico e do criativo, mas, ainda lugar da afirmação da co-existência das populações periféricas do capital *pari passu* à cultura hegemônica. Por outro lado, o Centro e suas práticas em torno da cultura contribuem na construção de visibilidade do Distrito do Muriti um território marcado pela precariedade das populações periféricas no que se refere infraestrutura de saneamento básico, educação e saúde. Assim, na medida em que se afirma a arte e cultura se denuncia o *lôcus* da produção, a condição de vida e os modos de existência dos sujeitos a estas relacionados. No entanto, verificou-se dessa forma que, sendo um trabalho sem fins-lucrativos, trabalham em comunidade, fortes no ato de assegurar a cultura tradicional, lutando pela superação da desigualdade e ampliando ao meio social suas contribuições. Sendo assim, percebe-se que é necessário garantir e manter entre futuras gerações um espaço acessível e adequado para promover o desenvolvimento de interação da sociedade com esse meio cultural, estabelecendo um projeto institucional para associar os membros a uma identidade cultural do Cariri.

Conclusões e Perspectivas

As práticas de economia criativa no ato de preservar e multiplicar a diversidade cultural favorecem a integridade entres os membros do grupo do Centro Cultural Mestre Dedé de Luna, gerando inclusão social, valorização da cultura tradicional de forma inovada como caráter alternativo, provocando e incorporando mudanças sociais, organizacionais, políticas, educacionais e econômicas.

Agradecimentos

Ao Grupo ECOS de pesquisa em Economia Solidária e Sustentabilidade, pela motivação e apoio constante.

Referências

- [1] REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. 268 p.
- [2] BRANDÃO, C. R. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense. 1981 (Coleção Primeiros Passos: 38).
- [3] EZPELETA, J. & ROCKWELL, E. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Cortez, 1986.

PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTARIA BRASILEIRA

José Cristofer dos Santos Ferreira¹, Maria Débora Machado Lopes¹, Prof^a Ms. Soraia Araújo Madeira²

1 - Graduando Universidade Regional do Cariri - URCA, 2 - Universidade Regional do Cariri - URCA

Introdução

A origem do tributo remonta a idade antiga, de acordo com o Ministério da Fazenda e Ministério da Educação o tributo foi criado com as primeiras sociedades, com o surgimento de líderes tribais ou chefes guerreiros e políticos de forma voluntaria. “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.” Com relação aos objetivos específicos deste trabalho, o primeiro preocupa-se em analisar as emendas constitucionais do sistema tributário brasileiro com base na ultima constituição de 1988 e o segundo aponta propostas para uma nova reforma tributária com análise de sistemas tributário de países eficientes nesta questão[1].

Metodologia

Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e para atender aos objetivos do estudo, empregaram-se os métodos descritivo e dedutivo, o método de pesquisa descritivo tem como características observar, registrar, analisar, descrever e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los, procurando descobrir com precisão a frequência em que um fenômeno ocorre e sua relação com outros fatores. Descritiva porque descreve a evolução da tributação em cada período da história brasileira, descrevendo principais medidas adotadas em cada reforma tributaria.

Resultados e Discussão

O Sistema tributário atual de 1988 é muito complexo, e gera muitas incidências sobre a mesma base, por exemplo os impostos indiretos, visto que em outros países são apenas dois tributos, no Brasil são seis. Ou seja, é fato que os impostos sobre o consumo são os maiores e que incidem sobre as classes sociais mais baixas da sociedade brasileira, pois os impostos pago pelas empresas são repassadas para os consumidores. Segundo Steinbruch (2012) o Sistema Tributário Brasileiro é um dos mais caros e complexos do mundo, existem problemas com a regressividade e a guerra fiscal entre os estados brasileiro[2].

Conclusões e Perspectivas

Analisando o sistema tributário verifica-se que há um consenso absoluto quanto à necessidade urgente de mudanças no atual sistema tributário brasileiro de acordo com os autores Varsano [3], Silva [4], Veloso [5] e outros.

Uma das propostas que é amplamente discutida por Silva (2005) é o Imposto sobre Valor Agregado -IVA, em substituição ao IPI, ICMS, Cofins, Contribuição do salário-educação, PIS/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e Sistema S, no futuro[5]. Acabar com a guerra fiscal entre os estados determinando uma alíquota igualitária para os estados e aprovação da proposta de impostos sobre grandes fortunas.

Agradecimentos

Ao Grande Arquiteto do Universo, a minha orientadora Prof^a Ms. Soraia Araújo Madeira, e as minha colegas de curso Débora Lopes e Rayanne Santos pelo apoio.

Referências

- [1] MINISTERIO DA FAZENDA, **Reforma Tributaria**, Brasília-DF, 2008.
- [2] STEINBRUCH, Fernando; **A Complexidade do Sistema Tributário Brasileiro**, 2012. disponível em <http://www.impostometro.com.br/posts/a-complexidade-do-sistema-tributario-brasileiro>, acesso em 30 de novembro de 2012
- [3] VARSANO, Ricardo; **A Evolução do Sistema Tributário Brasileiro ao Longo do Século: Anotações e Reflexões para Futuras Reformas**, Rio de Janeiro: IPEA, 1996, **Texto para Discussão IPEA**, p.34.
- [4] SILVA, Napoleão Luiz Costa da; **Reforma Tributária e Crescimento Econômico; boletim de conjuntura**, 2005.p.85-95
- [5] VELLOSO, Rodrigo. **Porque que pagamos impostos?**. Super Interessante. São Paulo, n.190, jul. 2003. p. 86-90

Indicadores de urbanização nos municípios metropolitanos do Cariri cearense

Matheus Oliveira de Alencar¹, Kelvio Felipe dos Santos²

1 - Universidade Regional do Cariri – URCA, 2 - Universidade Regional do Cariri – URCA .

Introdução

Nas últimas décadas aumentaram consideravelmente o debate e a preocupação sobre as questões ambientais e sobre o processo de urbanização em todo o mundo. As causas econômicas podem ser relacionadas aos efeitos sobre a atividade produtiva e ao avanço do processo de urbanização sem controle, com forte viés de periferação das áreas urbanas em todo o país. No Ceará parte do território passa por modificações relativamente acentuadas no processo de urbanização. Nesse sentido, buscou-se analisar tal dinâmica na Região Metropolitana do Cariri, a partir de variáveis, a saber: taxa de urbanização, taxa de cobertura de água urbana, taxa de domicílios sem banheiros e taxa de domicílios sem coleta de lixo.

Metodologia

Os dados são secundários e oriundos do Instituto de Pesquisas e Estatísticas Econômicas do Ceará – IPECE. A partir dos dados, construiu-se a taxa de urbanização; de cobertura de água urbana; de domicílios sem banheiros e de domicílios com coleta de lixo, para o ano de 2010, com a abrangência dos municípios da Região Metropolitana do Cariri - RMC.

Resultados e Discussão

No que refere-se a taxa de urbanização, o maior valor foi registrado na cidade de Juazeiro do Norte, e o menor resultado foi obtido por Jardim. Já a taxa de cobertura de água urbana, apresentou-se favorável a todos as cidades, com todos os resultados acima de 80%. Com a análise da taxa de domicílios sem banheiro, observou-se que o pior resultado foi obtido na cidade de Santana do Cariri, sendo o índice de 29%; e, o melhor para Juazeiro do Norte, com 1,56%.

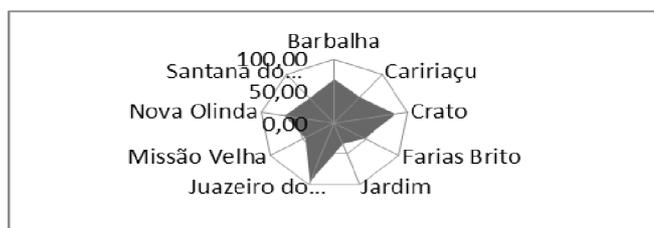


Figura 01: Biograma da Taxa de Urbanização na Região Metropolitana do Cariri – 2010.
Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do IPECE.



Figura 02: Taxa de Cobertura de Água Urbana na Região Metropolitana do Cariri – 2010.
Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do IPECE.

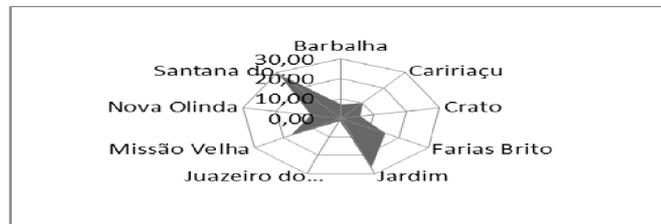


Figura 03: Taxa de domicílios sem banheiro na Região Metropolitana do Cariri – 2010.
Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do IPECE.

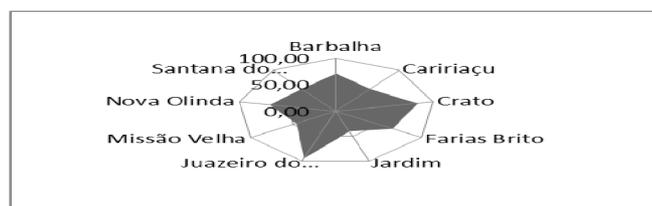


Figura 04: Biograma da taxa de domicílios com coleta de lixo na Região Metropolitana do Cariri – 2010.
Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do IPECE.

Por fim, a taxa de domicílios com coleta de lixo apresentou melhor desempenho para Juazeiro do Norte e o pior para Jardim, com os respectivos valores, 94,22% e 40,13%.

Conclusões e Perspectivas

Apesar dos bons resultados obtidos no indicador taxa de cobertura de água urbana, há certa precariedade para alguns municípios, levando-se em conta os demais indicadores. Como exemplo, pode-se citar a taxa de domicílios com lixo coletado, em que os municípios de Jardim, Missão Velha e Caririáçu, apresentam baixos índices.

O indicador taxa de domicílios sem banheiro, também apresentou resultados preocupantes em algumas das cidades, sendo que os piores níveis foram obtidos respectivamente nas cidades de Santana do Cariri, Jardim, Missão Velha e Farias Brito. Destarte, faz necessária uma abordagem mais ampla para debater e propor a urbanização dos municípios metropolitanos do cariri cearense, à luz de um modelo de urbanização eficiente.

Agradecimentos

A PIBIC/URCA pelo apoio financeiro.

Referências

- [1] IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Indicadores Sócio-Econômicos da Mesorregião do Centro-Sul do Ceará**. Nota Técnica nº 15. Fortaleza-CE Janeiro / 2006. Disponível em: < www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/notas_tecnicas > Acessado em: 20 de Julho de 2013.
- [2] JACOBI, P. Educação ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p189-205, março /2003. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf > Acessado em: 14 de Julho de 2013.

¹Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Bolsista PIBIC/URCA (matheusalencar29@gmail.com)

²Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA (kelviofelipe@yahoo.com.br)

Migração Intermunicipal no Brasil Entre 2000 e 2010: novos padrões e novos migrantes?

Gabriel Elias Reinaldo¹, Wellington Ribeiro Justo²

1 – Bolsista do CNPq – URCA, 2 -Universidade Regional do Cariri – URCA.

Introdução

Nas últimas décadas os deslocamentos populacionais no território brasileiro têm sido motivados por questões conjunturais distintas. A depender da década analisada observa-se que o padrão dos movimentos migratórios varia. Na década de 70 do século passado, por exemplo, a migração rural urbana motivou os fluxos populacionais. Na década seguinte, os fluxos migratórios prevaleceram para as regiões metropolitanas e para as grandes cidades. Já a partir da última década o movimento se dá para as cidades de porte médio. Outro fato relevante observado é que a população de migrantes vem caindo nas últimas décadas.

Metodologia

A fonte básica dos dados utilizados serão os microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, os quais serão utilizados de diferentes formas, segundo os objetivos relatados anteriormente. Para atingir o primeiro objetivo do trabalho, a obtenção dos determinantes da migração a dimensão espacial e as possíveis variações intertemporais, serão realizadas duas etapas. Primeiro, tratando dos determinantes da migração, a dimensão espacial é levada a efeito uma vez que é razoável supor que o fluxo migratório para uma determinada microrregião seja afetado pelo desempenho das referidas unidades geográficas que estejam próximas a eles. No caso específico de crescimento econômico, Magalhães et al. (2000), Silveira Neto (2001) encontraram evidências de dependência espacial entre os estados. Justo et al (2010), por sua vez evidencia a dependência espacial entre municípios, quando considerada a questão da convergência de renda.

Resultados e Discussão

Os resultados apontam para uma estabilidade no número de migrantes, mas com redução da taxa de migração, ou seja, uma redução na quantidade de migrantes dividida pela população no período 2005/2010 quando comparado ao período 1995/2000. A taxa de migração passa de 30,6 migrantes para cada mil habitantes no período 1995/2000 para 26,3 por mil habitantes no período 2005/2010. Contudo, estas mudanças não ocorreram de forma homogênea entre as unidades da federação. Diferentemente

da migração total, o Nordeste se destaca com o maior volume atração de migração de retorno, com mais de 40% do total, embora com uma redução desta migração devido ao fato de uma redução das taxas de crescimento dos estados nordestinos como nas suas principais economias: Ceará, Pernambuco e Bahia. Os destaques são os estados de Rondônia e Roraima cujos migrantes de retorno mais que triplicaram e passaram para 13,14% e 8,0%, respectivamente. Por outro lado, Estados como Rio de Janeiro e São Paulo apresentaram aumento na quantidade de migrantes de retorno o que corrobora com a justificativa dos resultados apresentados nos estados nordestinos.

Conclusões e Perspectivas

Os resultados apontam para uma estabilidade absoluta no total de migrantes entre as unidades da federação no período 2005-2010 e queda relativa da taxa de migração. Estes resultados não ocorreram de forma homogênea entre os estados. Já no que diz respeito ao migrante de retorno, houve crescimento deste tipo de migrante. Contudo, em estados como São Paulo e Rio de Janeiro houve aumento destes migrantes enquanto nos principais estados nordestinos houve diminuição. Ainda assim, a Região Nordeste apresenta a maior população de retornados.

Agradecimentos

Os pesquisadores agradecem a Universidade Regional do Cariri – URCA pela oportunidade e ao CNPq pelo apoio financeiro por proporcionar tal pesquisa.

Referências

- [1] ANSELIN, L. e REY, S. Properties of tests for spatial dependence in linear regression models. *Geographic Analysis*, 23, pp. 112-131, 1991.
- [2] JUSTO, Wellington Ribeiro, SILVEIRA NETO, Raul da. **Migração inter-regional no Brasil: Evidências a partir de um modelo espacial.** *Revista Economia (ANPEC)*, Brasília, v.7, pp. 163-187, 2006.

Competitividade da agricultura familiar no Nordeste brasileiro

Rômulo Eufrosino de Alencar Rodrigues¹, Eliane Pinheiro de Sousa²

1, 2 - Universidade Regional do Cariri – URCA.

Introdução

A produção familiar além de contribuir com a redução do êxodo rural e ser fonte de recursos para as famílias que dispõem de menores rendas, também desempenha papel importante para a geração de riqueza, não somente no setor agropecuário, mas do próprio país [1].

A importância socioeconômica da agricultura familiar brasileira ganha destaque por volta da década de 1990, onde surgem as primeiras instituições que dão apoio a esse seguimento, sendo devidamente reconhecida como profissão no mercado de trabalho em 2006 através da Lei da Agricultura Familiar [2].

Essa relevância desempenhada por esse setor pode ser confirmada pelos resultados do Censo Agropecuário 2006, em que o número ocupacional de pessoas por área de estabelecimentos familiares foi cerca de nove vezes maior que os não familiares, possuindo maior peso na região Nordeste, em que se concentra a metade do total dessas propriedades (2.187.295) e 35,3% da área total [3].

Diante da expressiva contribuição desse setor na região Nordeste brasileiro, é importante que se conheça o perfil competitivo dos seus agricultores familiares, a fim de formular estratégias competitivas, assim como políticas públicas adequadas.

Portanto, este estudo se propõe analisar a competitividade da agricultura familiar no Nordeste brasileiro. Especificamente, pretende-se descrever as características socioeconômicas da agricultura familiar no Nordeste brasileiro, mensurar um índice de desempenho competitivo da agricultura familiar nessa região brasileira, e relacionar a renda monetária bruta do agricultor familiar com os fatores determinantes da competitividade.

Metodologia

Para caracterizar a agricultura familiar quanto ao seu perfil socioeconômico na região Nordeste brasileiro, a princípio, será empregada uma análise tabular e descritiva, fazendo-se uso das principais medidas de tendência central e de variabilidade.

O índice de desempenho competitivo da agricultura familiar será aferido através da técnica de estatística multivariada de análise fatorial pelo método de componentes principais, que será operacionalizada por meio do software SPSS 17.0.

Em seguida, após a rotação ortogonal Varimax da estrutura dos fatores originais, serão estimados os escores fatoriais para cada elemento considerado, que serão empregados na formação do índice de desempenho competitivo da agricultura familiar no Nordeste brasileiro. Para se construir esse índice, tomará como base o método analítico adotado nos estudos [4], [5], [6].

A terceira etapa consistirá na utilização do modelo econométrico de regressão múltipla, estimado pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários para captar a interação entre a renda monetária bruta obtida pelos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar e os fatores competitivos que serão extraídos da análise fatorial, podendo ser especificado da seguinte forma:

$Y_i = \alpha_0 + \alpha_1 F_{1i} + \alpha_2 F_{2i} + \dots + \alpha_k F_{ki} + \varepsilon$, em que Y_i é a renda bruta da agricultura familiar do i -ésimo município nordestino; β_k , parâmetros da regressão; F_{ki} , escores fatoriais dos fatores de competitividade; ε , termo de erro. O software utilizado para operacionalização deste método será Eviews 7.0.

Os dados a serem empregados no presente trabalho serão de natureza secundária, coletados no Censo Agropecuário 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro e à Universidade Regional do Cariri (URCA) pela formação acadêmica.

Referências

- [1] GUILHOTO, J. J. M.; ICHIHARA, S. M.; SILVEIRA, F. G.; DINIZ, B. P. C.; AZZONI, C.R.; MOREIRA, G. R. C. A importância da agricultura familiar no Brasil e seus estados. In: Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional dos Centros de Pós Graduação em Economia, 35, 2007. *Anais...* Recife, PE: ANPEC, 2007.
- [2] PICOLOTTO, E. L. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2011. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.
- [3] FRANÇA, C. G.; GROSSI, M. E. D.; MARQUES, V. P. M. A. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.
- [4] SANTANA, A. C. de. Índice de desempenho competitivo das empresas de polpa de frutas do Estado do Pará. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Rio de Janeiro, v.45, n.3, p.749-775, 2007.
- [5] SOUSA, E. P.; CAMPOS, A. C. Desempenho competitivo dos fruticultores cearenses em diferentes áreas irrigadas. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v.41, n.1, p.155-166, 2010.
- [6] BARBOSA, W. F.; SOUSA, E. P. Desempenho competitivo dos apicultores fixos e migratórios da microrregião do Cariri, Ceará. *Revista de Economia e Administração*. São Paulo, v.11, n.1, p.5-27, 2012.

A INFLUÊNCIA DO USO DE CISTERNAS RURAIS E OS BENEFÍCIOS PARA A POPULAÇÃO NA CIDADE DE BARBALHA-CE

Cicera Viviane Barros¹, Roberio Ferreira da Silva¹, Welligton Ribeiro Justo²

1 - Universidade Regional do Cariri – URCA. 2- Professor Associado do Curso de Economia da URCA. Dr. Em Economia pelo PIMES-UFPE.

Introdução

Aproveitar a água da chuva se caracteriza por ser uma alternativa de baixo custo e simples para reservar e preservar este recurso hídrico potável [1]. Neste sentido, a cisterna é uma tecnologia popular para a captação de água da chuva, onde a água que escorre do telhado da casa é captada pelas calhas e cai direto na cisterna, onde é armazenada. Com capacidade para 16 mil litros de água, a cisterna supre a necessidade de consumo para uma família de cinco pessoas por um período de estiação de oito meses. O sistema de armazenamento por cisterna representa uma solução de acesso à água para a população rural de baixa renda do semiárido brasileiro. A construção de cisternas para captação e armazenamento de água da chuva para o consumo humano é destinada às famílias que não dispõem de acesso à fonte de água potável localizadas na zona rural, com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos, devendo ser priorizadas aquelas enquadradas nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família. Neste sentido, o objetivo deste trabalho foi identificar o perfil do beneficiado pelo programa de cisternas na cidade de Barbalha-CE, e os benefícios proporcionados por esse programa à população. Buscamos entender se essas cisternas trouxeram ou não benefícios para a população, observando se foi ou não um programa que modificou essa população e, principalmente entender o porque de uma pequena minoria não ter despertado interesse pelo mesmo.

Metodologia

Para a realização do trabalho, utilizou-se, da pesquisa bibliográfica e de pesquisa de campo com a aplicação de questionários com uma amostra de 119 questionários. A área de estudo abordada possui 55.373 habitantes segundo dados do IBGE 2010. Para mensuração do índice de satisfação dos beneficiados, foram considerados os seguintes indicadores: i) Utilidade, ii) Qualidade, iii) Conforto, iv) Informação, v) Necessidade.

Resultados e Discussão

De acordo com os dados obtidos, observaram-se, diferenças mínimas no perfil socioeconômico dos beneficiados e não beneficiados, entre eles, o sexo, faixa etária, fonte de renda per capita e principal atividade relacionada ao campo. No que diz respeito ao tratamento dado à água, e, ao nível de satisfação, enfocando as variáveis abordadas, sendo elas, utilidade (da água), qualidade (estrutura das cisternas), conforto (em sempre se ter água acumulada em casa), informação (a respeito do programa, e em como obtê-lo e

preservá-lo), e necessidade (em possuir uma cisterna, para combater à seca), 100% da população entrevistada diz estar satisfeita[2].

Conclusões e Perspectivas

Com relação ao nível de satisfação dos beneficiados, encontra-se unanimidade nas variáveis abordadas. Por outro lado, foi possível concluir, em relação à idade e à renda per capita, que quanto maior idade, maior o nível de renda. Em contrapartida, o número de não beneficiados (apesar de ser mínimo), na pequena comunidade, alegam em boa parte que não possuem cisternas, e não se cadastraram por falta de interesse, de terreno, e a outra parte por falta de informação.

Agradecimentos

Em primeiro lugar a Deus, pois sem ele eu não seria nada nem estaria aqui, por estar sempre comigo me protegendo e me guiando. Ao Padre Cícero, que, mas uma vez depusitei minha fé nele e cumpri, mas uma tarefa. A minha mãe Nina, que sempre me apoia em tudo e me dar força para seguir. Ao meu orientador o prof. Dr. Welligton, que me ajudou muito e foi muito paciente comigo. E, aos meus amigos e companheiros de classe, estes que sempre estão comigo em todos os momentos e sem dúvida somos uma equipe.

Referências

[1] BRAGA, Isabelle Yruska de Lucena Gomes. **Aproveitamento da água de chuva para consumo Não potável em condomínios horizontais da cidade de João Pessoa – PB.** João Pessoa: UFPB, 2008. 104 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

[2] BRITO, Marco Antônio; **Qualidade de Vida e Satisfação dos Associados da Cooperativa Agropecuária de Brejo Santo - Ceará** Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 35, nº 4, out-dez. 2004.

Competitividade da extração e comercialização do pequi no Ceará

Erivelton de Souza Nunes¹, Nagilane Parente Damasceno¹, Eliane Pinheiro de Sousa¹

1 – Universidade Regional do Cariri - URCA.

Introdução

O pequi é um fruto nativo, com ocorrência nas áreas de cerrado, que apresenta múltiplas utilidades [1]. Tendo em vista que o estado do Ceará apresentou a maior produção nacional de pequi em 2011 [2] e que essa atividade tem contribuído para geração de emprego e renda, é relevante identificar os fatores determinantes da competitividade dos extrativistas cearenses. Estudos dessa natureza contribuem para a orientação de estratégias empresariais, assim como ações de políticas públicas. Portanto, o presente estudo busca conhecer o perfil socioeconômico dos extrativistas de pequi; determinar um índice de desempenho competitivo dessa atividade; e relacionar a renda bruta do extrativista entrevistado com os fatores determinantes da competitividade.

Metodologia

Os métodos empregados neste estudo contemplam as ferramentas analíticas de estatística descritiva, estatística multivariada de análise fatorial e regressão múltipla. Utilizou-se a estatística descritiva para atender o objetivo referente à caracterização socioeconômica dos extrativistas de pequi. De posse do modelo de estatística multivariada de análise fatorial pelo método dos componentes principais, obtiveram-se os escores fatoriais, que permitiram determinar o índice competitivo dessa atividade. Esse método é operacionalizado por meio do software SPSS 17.0. Além desses instrumentais, para cumprir o terceiro objetivo proposto, emprega-se o método de regressão múltipla, estimada por meio do método dos Mínimos Quadrados Ordinários, cuja operacionalização realiza-se mediante ao software Eviews 7.0.

As variáveis consideradas neste estudo foram baseadas em [3], [4], [5].

O estudo foi realizado com os atores envolvidos na cadeia de comercialização do pequi no estado do Ceará, representado pelo município de Crato, haja vista que tal município foi responsável por 78,16% da produção interna deste Estado [2].

Os dados empregados são de natureza primária, coletados de forma direta com uma amostra dos extrativistas de pequi.

Resultados e Discussão

Tabela 1 – Cargas fatoriais após rotação ortogonal e comunalidades para o extrativismo de pequi.

Variáveis	Cargas fatoriais			Comunalidades
	F1	F2	F3	
Quantidade produzida de pequi	0,85	0,096	0,038	0,733
Custos com mão de obra	0,811	-0,144	-0,029	0,679
Custo com transporte	0,861	0,035	0,022	0,743
Outros custos	0,188	-0,186	0,706	0,568
Número de pessoas empregadas	-0,004	0,591	-0,173	0,379
Assistência técnica	0,155	0,71	0,198	0,567
Cooperativismo	-0,14	0,732	-0,069	0,56
Nível de escolaridade	-0,172	0,097	0,827	0,723

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Autor correspondente: Erivelton de Souza Nunes (erivelton.s.n@hotmail.com)

Tabela 2 – Valores dos escores fatoriais originais e padronizados referentes aos três maiores e aos três menores índices de desempenho competitivo dos extrativistas de pequi (IDCEP).

Extrativista	Escore fatorial original			Escore fatorial padronizado			Maiores IDCEP
	F1	F2	F3	FP1	FP2	FP3	
EXT14	6,91	-0,10	0,06	1,00	0,46	0,18	0,63
EXT72	0,83	1,90	0,10	0,23	0,96	0,19	0,43
EXT15	-0,70	0,21	6,65	0,04	0,54	1,00	0,43

Extrativista	Escore fatorial original			Escore fatorial padronizado			Menores IDCEP
	F1	F2	F3	FP1	FP2	FP3	
EXT68	-0,71	-1,38	-1,19	0,04	0,14	0,03	0,06
EXT08	-0,74	-1,39	-1,19	0,03	0,14	0,03	0,06
EXT53	-0,79	-1,407	-1,19	0,03	0,14	0,03	0,06

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Nota: EXT diz respeito à ordem em que os extrativistas foram entrevistados.

Tabela 3 – Análise de regressão da renda bruta anual em relação aos fatores de competitividade dos extrativistas de pequi, 2011.

Variáveis	Coefficiente estimado	Estatística t	Probabilidade
Produção e custos (F1)	1.484.920	1.619.516	0.0000
Capacitação, divulgação e participação em associações (F2)	9.966.187	1.086.953	0.2802
Escolaridade e mão de obra familiar (F3)	1.655.638	1.805.707	0.0746

R²= 0,7649

Prob (Estatística F): 0,0000

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Conclusões e Perspectivas

Os resultados sinalizam que dos 86 extrativistas entrevistados, nenhum deles apresentou alto nível de desempenho competitivo, somente oito apresentaram nível intermediário de desempenho competitivo, e os demais demonstraram possuir baixo nível de desempenho competitivo, conforme os parâmetros estabelecidos. Verifica-se, através da análise de regressão, que quanto maior a quantidade colhida de pequi, maiores são os rendimentos obtidos, o que está associado aos maiores custos com transporte e demais custos, ocasionando maior renda bruta anual para os catadores de pequi. Ademais, os dados também sinalizaram que os extrativistas com maior nível de instrução e que usam a mão de obra familiar obtém uma maior rentabilidade, corroborando com a literatura econômica.

Agradecimentos

À Universidade Regional do Cariri (URCA) pelo financiamento da pesquisa.

Referências

- [1] SANT'ANNA, A. C. **O uso econômico da reserva legal no Cerrado: uma simulação do extrativismo sustentável do pequi**. Piracicaba, SP: USP ESALQ, 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade de São Paulo, 2011.
- [2] IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 Jun. 2012.
- [3] SANTANA, A. C. de. Índice de desempenho competitivo das empresas de polpa de frutas do Estado do Pará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Rio de Janeiro, v.45, n.3, p.749-775, jul./set. 2007.
- [4] SOUSA, E. P.; CAMPOS, A. C. Desempenho competitivo dos fruticultores cearenses em diferentes áreas irrigadas. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v.41, n.1, p.155-166, 2010.
- [5] BARBOSA, W. F.; SOUSA, E. P. Desempenho competitivo dos apicultores fixos e migratórios da microrregião do Cariri, Ceará. **Revista de Economia e Administração**. São Paulo, v.11, n.1, p.5-27, 2012.

A cana-de-açúcar no Ceará: evolução e tendência

Filomena Nádia Rodrigues Bezerra¹, Fabiano da Silva Ferreira², Priscília Valéria Rodrigues Bezerra³

1 – Engenheira Agrônoma, 2- Prof. Me. da Universidade Federal do Ceará – Campus no Cariri, 3- Graduanda do curso de Agronomia da Universidade Federal do Ceará – Campus no Cariri.

Introdução

A cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum* L.) pertencente à família das *Gramineae* é uma antiga fonte de energia para os seres humanos e recentemente utilizado como biocombustível em veículos automotores [4]. Segundo a [1], a lavoura de cana-de-açúcar continua em expansão no Brasil. Levando essa tendência para o Estado do Ceará, a safra 2013/14 terá uma evolução quando comparada a safras anteriores, como por exemplo, a área cultivada terá um aumento de 2% com relação à safra de 2012/13, e, segundo estimativas a produção e produtividade terá um aumento em torno de 26,1% e 24%, respectivamente. Dentro dessa perspectiva, objetivou-se analisar a evolução e a tendência da cana-de-açúcar no Estado do Ceará no período de 2001 a 2011, através da utilização das taxas de crescimento estimadas por Regressão Linear Simples.

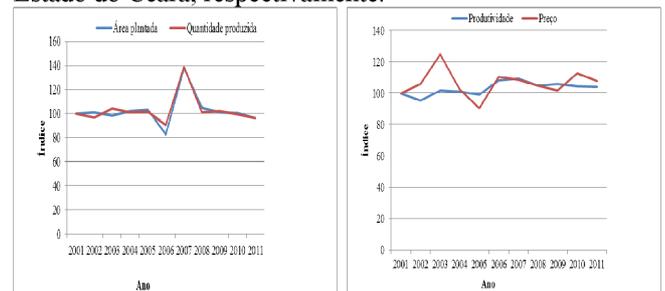
Metodologia

No presente trabalho, foram usados dados secundários relacionados à cultura da cana-de-açúcar, a partir deles foram feitas análises tabulares e gráficas da área plantada, quantidade produzida, produtividade e preço. Segundo [2], com n valores de uma dada grandeza (ex. área), pode-se, através de regressão linear simples, analisar o comportamento dessa grandeza em um determinado período a partir da sua taxa de crescimento. No estudo, a regressão é simples e relaciona a variável dependente (tempo) com cada variável independente (séries históricas), cujos valores são anuais (2001 a 2011). Com base nos dados da ANOVA, obtida pelo Excel 2010, determinou-se as taxas de crescimento das variáveis independentes a partir dos valores do parâmetro b estimado, da equação linear $Y = a + bX$, que possibilita, como citado em [2], determinar a taxa geométrica de crescimento (r) de uma grandeza no período de t anos.

Resultados e Discussão

No período de 2001 a 2011, a quantidade produzida, a área plantada, produtividade e preço da cana-de-açúcar no Ceará, apresentou uma taxa média de crescimento de 3,8%, 3,0%, 0,8% e 5,8% ao ano, respectivamente. Em 2006 a quantidade produzida teve uma queda de 10% com relação a 2005, já em 2007, obteve avanço de 39% ao ano anterior. No caso da área plantada, a mesma permaneceu estável, tendo queda de 17% em 2006 comparado a 2005. Para a produção e área plantada, o ano de 2007 foi o que obteve maior alta comparada ao ano anterior, com registros de 39% e 38%, respectivamente. No período de 2001 a 2003 o preço conseguiu com aumento médio de 15,37%. Diferente de 2006 que obteve um avanço de 10%, com relação a 2005. Percebe-se a presença de oscilações não muito severas, apenas um aumento significativo em 2010 de 13% quando

comparado a 2009. O indicador produtividade, de 2001 a 2006 permaneceu com oscilações leves, com um aumento médio de 1%. Os dados são ilustrados nos gráficos 1 e 2. Gráficos 1 e 2 - Evolução da quantidade produzida e da área plantada; da produtividade e o preço de cana-de-açúcar no Estado do Ceará, respectivamente.



Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do IBGE.

A atual situação a qual se encontra o Ceará pode-se afirmar que apesar das variações climáticas que atingiram negativamente todo o Estado, é nítido que a tendência será seguida de acordo com os índices nacionais, que é uma maior produção de matéria-prima para a fabricação de etanol, fato justificado pelo avanço na demanda futura na matriz energética.

Conclusões e Perspectivas

Dentro da perspectiva do Ceará, é válido frisar que a tendência nacional e internacional voltada para o cultivo de cana-de-açúcar com propósito de produzir etanol, não é apenas uma estimativa futura, mas uma realidade que a economia do Estado deverá se adequar ao mercado promissor. Em consequência da evolução é importante ressaltar a possibilidade de geração de emprego e renda, com o cultivo da cana-de-açúcar.

Agradecimentos

A Universidade Federal do Ceará do Ceará -Campus Cariri.

Referências

- [1] CONAB, 2013. Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da Safra brasileira de Cana-de-Açúcar - safra 2013/2014 - Primeiro Levantamento**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/boletim_cana_portugues_abril_20131o_lev.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2013.
- [2] HOFFMANN, Rodolfo. *et al.* **Administração da empresa agrícola**. 7ª ed. São Paulo: Pioneira, 1992. 523p.
- [3] IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de dados agregados**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/>>. Acesso em: 20 jun. 2013.
- [4] PLANALSUCAR. Cultura da cana-de-açúcar. **Manual de orientação**. Piracicaba, 1986.

ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI: LIMITES E POSSIBILIDADES

Laryssa Carvalho Lucas¹, Edilvan Moraes Luna¹, Francisca Laudeci Martins Souza²

1 - Bolsista de Iniciação Científica, 2 -Universidade Regional do Cariri – URCA.

Introdução

Embora o modo de produção capitalista tenha proporcionado uma revolução na produtividade econômica e na liberdade individual em relação ao que existia na Europa pré-capitalista, o mesmo promoveu/promove as desigualdades de inserção advindas dos desequilíbrios das forças produtivas do capital e do trabalho. Em vista disso, a partir da segunda metade do século XX, começam a ser constituídas teorias de economia social pautadas na necessidade de formação de uma alternativa global ao desenvolvimento do capitalismo. Neste contexto, as três últimas décadas são marcadas pelos investimentos na composição de um arcabouço nomeado Economia Solidária, que objetiva pensar a alocação dos recursos numa perspectiva menos centrada nos princípios da lucratividade do que nos princípios de solidariedade e justiça social. [1]. A Economia Solidária abrange uma realidade muito diversificada, formadas por associações, cooperativas e também grupos informais, originados por motivações e iniciativas distintas, peculiares a cada região e circunstância. [2]. Assim, No presente trabalho, optamos por observar os empreendimentos solidários que são desenvolvidos na forma de cooperativas, associações, clubes de troca, grupos rotativos, empresas autogestionárias. No entanto, o cotidiano da obtenção das informações nos possibilitou o trabalho somente com as associações.

Metodologia

O estudo foi realizado na Região Metropolitana do Cariri, sul do estado do Ceará, composta pelos municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Caririáçu, Farias Brito, Nova Olinda, Santana do Cariri, Barbalha, Missão Velha e Jardim. O mapeamento foi realizado a partir dos dados disponíveis nas Secretarias de Ação social e de Agricultura e, por um cadastro disponível no Fórum Caririense de Economia Solidária, resultando na visita de 29 associações. Para cada associação visitada, procurou-se captar tanto aspectos objetivos como, principalmente, subjetivos dos associados, sendo alcançado esse objetivo por meio de entrevistas nos quais os entrevistados narravam seus relatos de vivência e experiência com a associação e com a comunidade.

Resultados e Discussão

A pesquisa evidenciou que entre as associações pesquisadas, muitas começam com o apoio de instituições, mas nem sempre esse apoio continua, provocando a insustentabilidade ao longo prazo dessas iniciativas.

Autor correspondente: Laryssa Carvalho Lucas (lary.carvalho-crato@hotmail.com)

Percebeu-se que a maioria das associações na RMC ainda não conseguem levantar meios financeiros para possibilitar investimentos, para instalação, construção de sede e outros fatores, como, por exemplo, o caso da Associação do Sítio Boa Esperança, em Barbalha, que teve que parar com suas atividades operacionais de reciclagem de garrafas pet. Há dificuldade, também, de conseguir projetos que entrem no perfil da associação, já que muitos associados não possuem formação em gestão ou outros conhecimentos técnicos, sendo grande parte, agricultores. Ademais parece não existir entre os associados o princípio da cooperação e solidariedade de modo que na grande maioria das vezes o grupo orbita em torno de uma única pessoa que é o presidente. Embora, na maioria das vezes, o grupo tenha se formado por questões econômicas de produção e comercialização, há casos em que a ligação se dá a partir das questões culturais e de gênero.

Conclusões e Perspectivas

A pesquisa evidenciou que as práticas de economia solidária possuem um potencial significativo de combate à desigualdade e a pobreza na Região Metropolitana do Cariri, pois, a partir da livre associação, os associados encontram motivação intrínseca para lutar contra o estado de marginalização no qual são lançados pela dinâmica capitalista de valoração do capital e extração de riqueza. Entretanto, mesmo diante das possibilidades, as mesmas não possuem instrumentos suficientes para dar um aspecto sustentável a suas atividades. Assim, o apoio de instituições e entidades de fomento se faz necessárias para que as entidades de economia solidária possam sair da marginalização e, pelo próprio trabalho dos assalariados, consigam atingir um nível de qualidade de vida mais digno.

Agradecimentos

À FUNCAP pelo apoio financeiro e ao Grupo ECOS de pesquisa em Economia Solidária e Sustentabilidade, pelo suporte científico.

Referências

[1] AMORIM, B. M & ARAUJO, H. E. **Economia Solidária no Brasil: novas formas de relação de trabalho?**. Brasília: IPEA, 2004 (nota técnica).

[2] GAIGER, L. I. **Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul**. In: SINGER, P., SOUZA, A. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000a, p. 267-286.

Índice de Qualidade do Gasto Público na Região Metropolitana do Cariri

Fládia Valéria Dantas dos Santos¹, Luís Abel da Silva Filho²

1 – Universidade Regional do Cariri - URCA, 2 - Universidade Regional do Cariri – URCA.

Introdução

O processo de descentralização fiscal no Brasil ocorrido após a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi responsável por acentuadas discussões acerca das finanças públicas brasileiras. A proliferação de pequenos municípios e a elevação dos gastos públicos foi condicionante à criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, com o fito de conter o gasto excessivo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Nesse sentido buscou-se analisar a qualidade do gasto público para a Região Metropolitana do Cariri, sobre o contexto da LRF, a partir de importantes variáveis de cunho social.

Metodologia

Os dados foram extraídos do Relatório de Finanças Brasileiros (FINBRA), para o ano de 2011. A partir dessas informações foi construído Índice de Qualidade do Gasto Público com análise as variáveis, a seguir: legislativo/administrativo, saúde e educação.

O cálculo do índice das variáveis e posteriormente do Índice de Qualidade do Gasto Público por grupo de Municípios da Região Metropolitana do Cariri - RMC pode ser assim apresentado:

a) relação positiva

$$I = \frac{x - m}{M - m}$$

(1)

b) relação negativa

$$I = \frac{M - x}{M - m}$$

(2)

Onde:

I = o índice de cada uma das variáveis que compõem o indicador analisado;

x = valor observado da variável relativa ao grupo de municípios analisados;

m = menor valor observado entre os grupos de municípios;

M = maior valor observado entre os grupos de municípios.

Resultados e Discussão

Figura 01: IQGP com Legislativo e Administrativo, 2011.
Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do STN.



Figura 02: Índice de Qualidade do Gasto Público com Saúde, 2011.
Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do STN.



Figura 03: Índice de Qualidade do Gasto Público com Educação, 2011.
Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do STN.

O índice de qualidade do gasto com o legislativo apresentou o pior (maior) resultado para as cidades de Barbalha, Missão Velha e Jardim, com os respectivos valores de 0,25; 0,22; e 0,19. O que convergem com a literatura abordada, de que os municípios pequenos obtêm gastos elevados com essa variável. Com exceção de Santana do Cariri, Nova Olinda, Farias Brito e Caririçu, no qual apresentaram resultados favorável, com baixo valor para o legislativo e administrativo.

Para os gastos com saúde, os melhores resultados foram registrados nas cidades de Barbalha e Juazeiro com os valores de 0,42 e 0,41. Vale ressaltar que o pior resultado foi registrado na cidade de Nova Olinda, com o valor de 0,11. E no que se refere aos gastos com educação, o melhor desempenho foi para a cidade de Jardim, com o valor de 0,57. E o pior para Juazeiro do Norte, correspondente ao valor de 0,09.

Conclusões e Perspectivas

Os resultados mostraram-se divergentes entre as unidades municipais. Alguns deles registraram gastos com legislativo e administrativo superior àqueles observado com as rubricas de saúde e educação. Os municípios de Barbalha, Missão Velha e Juazeiro do Norte apresentaram os piores resultados, pois revelaram gasto com educação inferior a gastos com o legislativo e administrativo, ou seja, para esses municípios está sendo gastos maiores valores com pagamentos de prefeitos, vereadores e outros, ao se comparar com importante variável de cunho social, no caso da educação. Além disso, cabe destacar que os valores dos índices foram acentuadamente baixos, nas variáveis de saúde e educação, nos municípios em tela.

Agradecimentos

Ao CNPq pelo apoio financeiro.

Referências

¹Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri - URCA. Bolsista do CNPq

(fladiavaleria@hotmail.com)

²Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri - URCA (abeleconomia@hotmail.com)

[1] MAIA GOMES, G.; MAC DOWELL, M. C.. Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social. **Textos para Discussão**, IPEA, nº 706, fevereiro. 2000.

¹Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Bolsista do CNPq (fladiavaleria@hotmail.com)

²Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA (abeleconomia@hotmail.com)

Capacidade de Arrecadação Tributária dos Municípios Cearenses

Fládia Valéria Dantas dos Santos¹, Luís Abel da Silva Filho²

1 – Universidade Regional do Cariri - URCA, 2 - Universidade Regional do Cariri – URCA.

Introdução

A descentralização fiscal no Brasil, ocorrida após a promulgação da Constituição Federal de 1988, refletiu em um acentuado debate teórico. O que deveria resultar em uma maior capacidade de arrecadação das esferas administrativas, assim como uma melhor aproximação dos governos com problemas locais, resultou na proliferação de municípios de pequenos portes, frágeis economicamente e dependentes de repasses das demais esferas de governo. Todavia, diante da incapacidade gestora observada, foi promulgada a Lei de Responsabilidade Fiscal, com o fito de orientar os recursos públicos em todas as esferas de governo. Nesse sentido, o presente estudo, buscou analisar a capacidade de arrecadação e a dependência de repasses do governo na formação da receita corrente nos municípios cearenses com população até 100.000 habitantes.

Metodologia

O banco de dados utilizados para a análise é oriundo da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, e os dados são referentes às receitas municipais do Ceará no ano de 2011. A limitação ocorre pelo fato de serem utilizados somente 172 municípios do Estado, exatamente aqueles com população inferior a 100.000 habitantes. O modelo econométrico utilizado é uma regressão (log-log) e a descrição se faz da forma que se segue:

$$\ln(RC_i) = \beta_0 + \beta_1 \ln(RT_i) + \beta_2 \ln(FPM_i) + \beta_3 \ln(OTC_i) \quad (7)$$

Onde: RC_i traduz-se nas receitas correntes dos i municípios no Estado do Ceará; RT_i , as correspondentes receitas tributárias; FPM_i representam o fundo de participação dos municípios; OTC_i refere-se às outras transferências constitucionais, delas deduzidas o FPM; destarte, β_1 , β_2 e β_3 assumem os parâmetros a serem estimados pelo método dos mínimos quadrados ordinários, sendo $\beta_1 > 0$, $\beta_2 > 0$, $\beta_3 > 0$ e \mathcal{E} , o termo de erro estocástico.

Resultados e Discussão

Através da análise da tabela 01, verificou-se que, para cada variação de 1% da receita corrente dos municípios em estudos; 0,12 está sendo explicado pela receita tributária. Já o fundo de participação dos municípios (FPM) explicou a receita corrente em 0,62 para cada variação de 1%, enquanto

as outras transferências governamentais revelaram 0,29 do seu poder de explicação.

Tabela – 1. Resultado da Regressão Múltipla (log-log) para a Receita Corrente dos Municípios do Estado do Ceará – 2011

Variáveis	Ceará 2011	
	Coefficiente	p-valor
Intercepto	0,947734	0,00458***
RT	0,120252	0,000001***
FPM	0,623849	0,000001***
OTC	0,294925	0,000001***
Nº de Observações	172	
R ² ajustado	0,98	
p-value global	0,0000000	

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, 2013.

Diante do exposto, verificou-se o grau de dependência dessas esferas municipais, no qual mais de 0,80 foi a advindo de repasse de recursos, além do baixo valor da receita tributária desses entes federativos.

Dessa maneira, o conjunto dessas variáveis revelou o R² ajustado em 98% da receita corrente. Verificou-se o maior poder de explicação das rubricas FPM e OTC para a composição da receita corrente, enquanto revelou o baixo poder de explicação da variável RT.

Conclusões e Perspectivas

Os principais resultados convergem com a literatura aqui abordada, de que os municípios de pequeno porte não conseguem sustentar-se através da própria arrecadação tributária, sendo assim, dependentes das transferências de recursos de outras unidades federativas, advinda do Fundo de Participação dos Municípios e de Outras Transferências Constitucionais. Nesse sentido, faz-se necessário uma maior análise do impacto econômico causado por essas instâncias, uma vez que as mesmas não exercem esforços para a arrecadação dos tributos de sua competência, e passam a onerar as receitas da União.

Agradecimentos

Ao CNPq pelo apoio financeiro.

Referências

[1] MAIA GOMES, G.; MAC DOWELL, M. C.. Descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: o que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social. **Textos para Discussão**, IPEA, nº 706, fevereiro. 2000.

¹Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri - URCA. Bolsista do CNPq (fladiavaleria@hotmail.com)

²Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri - URCA (abeleconomia@hotmail.com)

LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO:

Uma abordagem conceitual do tema nos dias atuais

Amanda Alves de Araújo¹, Francisco Wilk Amorim de Araújo¹, Gilmar Guerra de Holanda¹, Anny Kariny Feitosa².

1 - Instituto Federal do Ceará – IFCE, 2 - Instituto Federal do Ceará – IFCE.

Introdução

Nos dias atuais, com mercados mais dinâmicos e globalizados, os clientes ficaram cada vez mais informados e exigentes. Surgiu então o conceito de logística, que significa considerar como elementos de um sistema todas as atividades de movimentação e armazenagem que facilitam o fluxo dos produtos, desde a compra dos materiais até o ponto de consumo final [1]. Apesar das pesquisas realizadas na área, faz-se necessário aprofundar estudos sobre o tema logística e distribuição para conhecer as vantagens e a aplicabilidade nas empresas da atualidade.

Assim sendo, é que se pretendeu realizar um estudo bibliográfico visando identificar os ganhos das empresas pelo uso da logística de distribuição em seus processos operacionais.

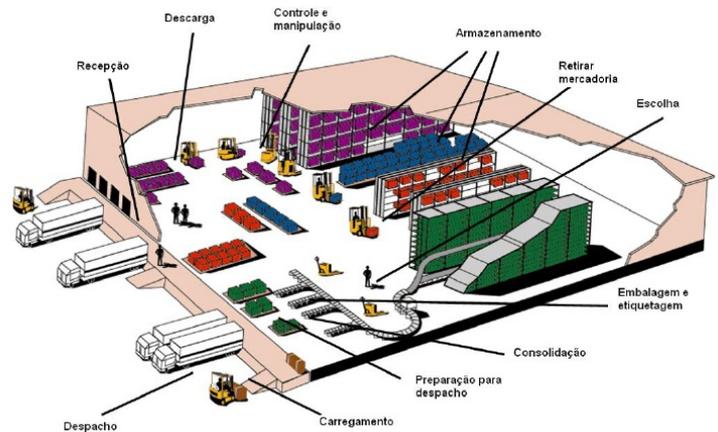


Figura 1 – Processo logístico de distribuição

Metodologia

A pesquisa, quanto à abordagem do problema, caracteriza-se por ter natureza qualitativa, uma vez que, conforme Beuren et al. [2], esta metodologia pode “descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”. Quanto aos objetivos trata-se de pesquisa exploratória e descritiva, uma vez que é realizado um levantamento bibliográfico e documental, bem como uma análise e interpretação dos fatos, a fim de fundamentar os resultados observados.

Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica, por meio da consulta a livros, revistas científicas e sites de pesquisa, que contêm informação sobre o tema.

Resultados e Discussão

De acordo com a pesquisa realizada, o processo de distribuição não se refere apenas ao transporte de matérias-primas ou produtos, trata-se de uma atividade que engloba os procedimentos adotados, os serviços, o transporte de materiais e produtos, a fim de satisfazer necessidades e desejos dos clientes com qualidade, agilidade, ao menor custo.

Conclusões e Perspectivas

No cenário atual, as empresas têm buscado diferenciação e vantagens competitivas com relação a seus concorrentes, dado o mercado complexo e competitivo no qual estão inseridas. Conclui-se, portanto, que a logística, quando bem entendida e aplicada, permite desenvolver estratégias para a redução de custos e o aumento do nível de serviço ofertado ao cliente, possibilitando estabelecer diferenciais competitivos e vantagens sobre a concorrência.

Referências

[1]CAXITO, Fabiano (coord). Logística - Um Enfoque Prático. São Paulo: Saraiva, 2011.

[2]BEUREN, Ilse Maria et al. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:teoria e prática.3. ed. São Paulo: Altas, 2008.

Produtividade da Agricultura no Sul Cearense: algumas considerações entre 2005 e 2011

Nataniele dos Santos Alencar¹, Kelvio Felipe dos Santos²

1 – Graduando em Economia pela Universidade Regional do Cariri – URCA, 2 – Professor da Universidade Regional do Cariri – URCA.

Introdução

A importância da agricultura de cerqueiro para algumas áreas geográficas do Nordeste brasileiro é incontestável do ponto de vista econômico, sobretudo no que se refere ao desempenho da agricultura familiar. No Sul cearense, produtos da agricultura familiar, dentre eles: milho, feijão, mandioca e arroz têm relevante contribuição na renda familiar dos agricultores da região. Diante disso, o trabalho se propõe analisar brevemente a produção dos produtos supracitados nos anos de 2005-2011.

Metodologia

O recorte geográfico compreende aos municípios do Sul cearense, no recorte temporal observado entre os anos de 2005 e 2011. Os dados foram extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir dessas informações buscou-se o estudo do comportamento das variáveis: área plantada, área colhida e quantidade produzida do feijão, milho, mandioca e arroz.

Resultados e Discussão

Com análise a área plantada verificou-se o bom desempenho para a cultura do milho no ano de 2009, representado pelo valor de 125.660 hm². No entanto, a cultura do arroz mostrou o menor desempenho e obteve a menor área plantada, correspondente a 4.385 hm² no ano de 2009. No que refere à área colhida dessas culturas, o milho continua a apresentar a maior área, correspondente ao valor de 125.660 hm², no mesmo ano. Enquanto o menor valor foi registrado para o arroz, com o valor de 4.385 hm², em 2010. Com análise a quantidade produzida, registrou-se o melhor desempenho para a cultura do milho no ano de 2009, com o valor de 224.849 hm². Já em relação a menor área plantada os registros conferem à cultura do arroz, no ano de 2010, com 2.185 hm².

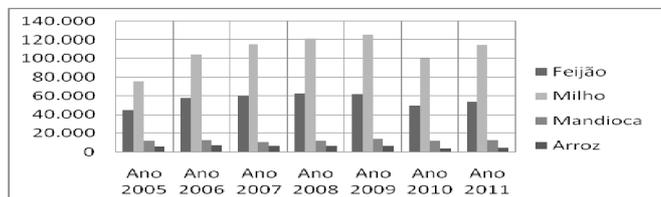


Figura 01: Gráfico da área plantada das culturas da Região Sul Cearense – 2005 a 2011.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do IBGE.

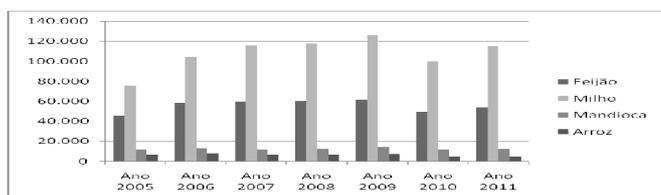


Figura 02: Gráfico da área colhida das culturas da Região Sul Cearense – 2005 a 2011.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do IBGE.

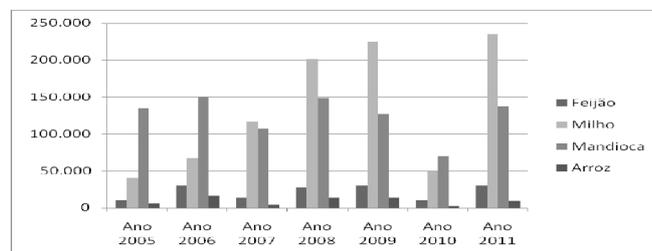


Figura 03: Gráfico da quantidade produzida em (TON) das culturas da Região Sul Cearense – 2005 a 2011.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do IBGE.

Vale ressaltar a questão da mandioca, que apresentou em todos os anos um dos menores valores de área plantada e área colhida, porém, valores altos no que refere as quantidades produzidas. Já o feijão foi uma das culturas com valores elevados de plantação e colheita, porém, com baixa quantidade produzida.

Conclusões e Perspectivas

Verificou-se, que, para a cultura do milho, registrou-se o melhor desempenho, no que se refere à área plantada, área colhida, e quantidade produzida, o que veio a evidenciar a importância dessa atividade econômica no contexto agricultura no Sul do Cearense. Já a mandioca, mesmo com quantidade pequenas de área, obteve bom desempenho na quantidade produzida. Divergentemente registrou-se com o feijão, já que apresentou área plantada relativamente grande, porém, com baixa quantidade produzida. E, por fim, o arroz, que apresentou baixo desempenho, ao longo dos anos observados. Faz-se necessário uma melhor abordagem referente às oscilações na produção dessas culturas, uma vez que as mesmas são de grande importância para a agricultura familiar do Sul cearense.

Agradecimentos

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e a Universidade Regional do Cariri (URCA) pelo apoio financeiro.

Referências

[1] BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/d...>> Acesso em: Jul. 2013

[2] ALMEIDA, P. N. A. *et al.* Componentes do Crescimento das Principais Culturas Permanentes do Estado da Bahia. **Anais do II Encontro de Economia Baiana**. Salvador, setembro de 2006.

¹Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Bolsista PIBIC/URCA (nataniele-santos@hotmail.com)

²Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA (kelviofelipe@yahoo.com.br)

INOVAÇÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL NOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ NO PERÍODO 1990-2010: UMA ABORDAGEM ESPACIAL

Karla Aline Rosado Gomes¹, Joelice Alexandre de Oliveira², Wellington Ribeiro Justo³

1– Aluna do Curso de Economia da URCA. Bolsistas da URCA, 2– Aluna do Curso de Economia da URCA. Bolsistas da FUNCAP, 3 – professor Associado do Curso de Economia da URCA. Doutor em Economia pelo PIMES-UFPE.

Introdução

Na literatura sobre desenvolvimento econômico, o processo de transformação estrutural das economias assim como a localização é bastante utilizado para entender a dinâmica da evolução das mesmas. Em vários locais a evolução se dá inicialmente pelo desenvolvimento do setor primário em seguida as transformações atingem o setor secundário e posteriormente o setor terciário. Fochezatto e Tartaruga (2012) enaltecem o intenso processo de reestruturação produtiva ocorrida no Brasil a partir da década de 1980 decorrentes entre outros fatores da difusão de novas tecnologias de produção baseadas na microeletrônica.

As mudanças macroeconômicas ocorridas na economia brasileira desde então juntamente com o processo de abertura comercial e a difusão de novas tecnologias tem possibilitado mudanças significativas nos processos produtivos. Estas mudanças ocorrem desde alterações nos modos de produção e organização das empresas, descentralização da gestão e aumento das inter-relações com outras empresas e instituições. Para Fochezatto e Tartaruga (2012) essas transformações têm feito surgir novas estratégias de desenvolvimento planejado em níveis municipais onde o papel de atores locais juntamente com instituições com destaque para universidades (centro de pesquisas) atrelado a políticas federais e estaduais tem aumentado a competitividade regional em alguns locais.

Em síntese, estas abordagens associam a aglomeração econômica como condição necessária para o desenvolvimento regional e que a reestruturação produtiva de uma região com maior participação de atividades intensiva em tecnologia cria um ambiente de estímulo às inovações que são disseminadas em áreas próximas. Assim, este trabalho procura identificar possíveis efeitos de novos paradigmas produtivos baseado na inovação e do processo de globalização na economia dos municípios do estado do Ceará no período 1990 a 2010.

Metodologia

A fonte dos dados são os microdados dos Censos Demográficos de 1990, 2000 e 2010 e dados da RAIS/MTE. O modelo empírico a ser estimado é o modelo proposto por Fochezatto e Tartaruga (2012). Este método consiste na estimação de modelos de econometria espacial

Resultados e Discussão

Pesquisa em andamento. A pesquisa está na fase de obtenção e tratamento dos dados.

Conclusões e Perspectivas

Em virtude do estado atual da pesquisa ainda não é possível ter conclusões. A pesquisa está em andamento.

Referências

FOCHEZATTO, A., TARTARUGA, I.G.P. Estrutura produtiva potencialmente inovadora e desenvolvimento local: estudo do caso dos municípios do Rio Grande do Sul usando econometria espacial. **In: Anais** do 40º Encontro Nacional da Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Economia. ANPEC, Porto de Galinhas (Ipojuca-PE), 2012.
PÉREZ, C. La modernización industrial en América Latina y la herencia de la sustitución de importaciones. **Comercio Exterior**, v. 46, n. 5, p. 347-363, mayo 1996.

Evolução dos Pequenos Negócios Formais: Uma análise dos Estados do Ceará e do Rio Grande do Sul de 2002 a 2012.

Yure Emanuel de Melo Feitosa Araujo¹, Maria Jeanne Gonzaga de Paiva².

1 – Universidade Regional do Cariri – URCA. 2 – Universidade Regional do Cariri – URCA.

Introdução

O pequeno negócio no Brasil caracteriza-se por ocupar 99% do total de empresas do país, 52% do saldo de empregos formais, 40% da massa salarial, 25% do PIB, 70% das novas vagas geradas por mês e 1% das exportações [1]. Tudo isto consubstanciando papel de destaque na participação da economia brasileira, apesar de suas fragilidades, dentre os quais se destaca o reduzido poder de acumulação de capital, mas o que se observa é a melhoria na qualidade dos empreendimentos brasileiros – conferir [2], com crescimento das políticas governamentais de apoio a este porte de empresas, inclusive com criação do Ministério das Micro e Pequenas Empresas no ano de 2013.

Nesta perspectiva a pesquisa tem por objetivo geral demonstrar a evolução dos micros e pequenos empreendimentos nos estados do Ceará e Rio Grande do Sul no período de 2002 a 2012. E de forma específica definir os pequenos empreendimentos como molas propulsoras do desenvolvimento social e econômico; Descrever a evolução dos pequenos negócios formais nos estados do Ceará e Rio Grande do Sul no período de 2002 a 2012; Mostrar a contribuição das micro e pequenas empresas para a geração de empregos nos estados do Ceará e Rio Grande do Sul no período considerado.

Metodologia

Será Empregado no estudo métodos de análise tabular e descritiva para interpretação dos dados – natureza secundária – obtidos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) disponíveis nas bases de dados (sistema Dardo Web) na forma on line no site do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE – além da obtenção de informações de instituições especializadas na temática, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae – que contribuem para o surgimento de novos empreendimentos no País.

Para definir o tamanho das empresas será adotado o critério Sebrae (Tabela 1).

Tabela 1 Qualificação do porte das empresas quanto ao n.º de funcionários

Atividade/Porte	Micro	Pequena	Média	Grande
Indústria	1 a 19	20 a 99	100 a 499	+ de 499
Comércio	1 a 09	10 a 49	50 a 99	+ de 99
Serviços	1 a 09	10 a 49	50 a 99	+ de 99

Fonte: Sebrae (2005). [3].

De acordo com os dados do IBGE [4] no ano de 2010 o estado do RS obtinha uma população 10.693.929 ocupando uma extensão geográfica de 281.730,223 Km², o que representa uma densidade demográfica de 39,79 hab/km². O

Produto Interno Bruto (PIB) é de R\$ 252.483.000 bilhões e o PIB Per Capita de R\$ 23.606, já o índice de desenvolvimento humano em 2005 foi de 0,832. Já o Ceará representou uma população total de 8.452.381 habitantes, com extensão geográfica de 148.920,472 Km² (com densidade demográfica de 56,76 hab/km²). O Produto Interno Bruto (PIB) é de R\$ 77.685.000 bilhões e o PIB Per Capita de R\$ 9.216, já o índice de desenvolvimento humano em 2005 foi de 0,723.

Resultados e Discussão

A pesquisa encontra-se em andamento, desta forma serão apresentados dados preliminares extraído do Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa [5], que indica predominância das MPE – Micro e pequenas empresas – do setor comercial em ambas as regiões no ano de 2011, sendo de 61,3% do total no Ceará, e 49,7% no Rio Grande do Sul, seguidos pelos setores de serviços (22,4% e 32,2% respectivamente), industrial (11,6% e 13,2%) e construção civil (4,8% e 4,9%). Não obstante maioria das MPE encontram-se no interior, com atenção para o Rio Grande do Sul, que concentra 80,7% destes empreendimentos no interior, já no Ceará este dado se expressa em 54,1%. Concomitantemente a maioria dos empregados do Ceará se concentra nas MGE – Médias e grandes empresas – 51,5%, já no Rio Grande do Sul nas MPE (57,8%).

Conclusões e Perspectivas

A pesquisa encontra-se em andamento, desta forma não serão apresentadas conclusões, mas pretensões. Assim, a pesquisa analisará as especificidades e evolução das MPE em ambos os estados supracitados, buscando definir os caminhos que permeiam as MPE como molas propulsoras de desenvolvimento social e econômico.

Agradecimentos

A Universidade Regional do Cariri e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo apoio financeiro e especialmente a orientadora do projeto de pesquisa, Maria Jeanne Gonzaga de Paiva. *Ceteris paribus*.

Referências

- [1] SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa. **Pequenos Negócios no Brasil**. Brasília, 2013.
- [2] GEM – Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil**. Brasil, 2012.
- [3] SEBRAE. **Boletim Estatístico de Micro e Pequenas Empresas**. S.L., 1º semestre 2005.
- [4] IBGE. Brasil: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 15 de abril de 2013
- [5] DIEESE - Departamento intersindical de estatística e estudos Socioeconômicos. **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa**. São Paulo, 2012.

Meio ambiente e as implicações no uso dos recursos naturais

Rosana Marques Feitosa¹, Wellington Ribeiro Justo²

1 –Universidade Regional do Cariri - URCA, 2 -Universidade Regional do Cariri – URCA.

Introdução

O uso dos recursos ambientais geram externalidades negativas quando não usados eficientemente de forma a não prejudicar o meio ambiente, configura-se a situação onde os custos gerados não são internalizados. A exploração descontrolada ou a livre entrada ao uso de determinados recursos por vários agentes pode ocasionar a dissipação do mesmo. Esse fato ficou conhecido como a “tragédia dos comuns”, desenvolvido por Hardin em 1968, o mesmo coloca que o livre acesso a um recurso comum deve levar a mais do que a dissipação dos ganhos do uso desse acesso: ele também deve levar à ruína do recurso. (VASCONCELOS; OLIVEIRA, 2000, p. 273)^[1]. Desta forma, os recursos de propriedade comum não são controlados por uma única pessoa e podem ser utilizados sem que preço algum seja pago

Metodologia

A pesquisa é de natureza exploratório-descritiva desenvolvida através de pesquisas bibliográficas buscando contextualizar o problema do uso dos bens públicos e bens comuns e seus reflexos no meio ambiente.

Resultados e Discussão

As premissas do desenvolvimento sustentável ganha forte dimensão principalmente a partir da década de 1990 em relação ao uso dos recursos não renováveis. Nesse contexto as externalidades quando negativas se constituem como problemas para o meio ambiente, pois são produtos que apresentam custo social alto para quem os recebe e podem se caracterizar como bens públicos, já que atingem as pessoas da sociedade indistintamente. (MARTA,1999)^[2]. Para Pindyck e Rubinfeld (1999, p. 701) ^[3] “quando as externalidades se encontram presentes, o preço de uma mercadoria não reflete necessariamente seu valor social”. Percebe-se a problemática existente em relação ao uso dos recursos naturais, haja vista que, esses recursos geram valores econômicos em detrimento de benefícios sociais que não são absorvidos pela sociedade. Com essa exposição, destaca-se, a preocupação em encontrar meios de corrigir essas falhas de mercado, justificando-se aqui, não somente a importância econômica para o setor produtivo, mas a necessidade, ou como se tornou imprescindível para que desenvolvimento seja pautado dentro das premissas da sustentabilidade social e econômica. Como se pode ver, a análise central discutida e o uso excessivo dos recursos naturais e a poluição do ar, da água, do solo etc., que se tornam causas de externalidades causadas por diversas formas interferindo nas relações entre a economia e meio

ambiente e mercado. Os recursos de propriedade comum, como por exemplo, a água e o ar, são aqueles que qualquer pessoa pode ter acesso, e, conseqüentemente tendem a ser utilizados em excesso. (PINDYCK; RUBINFELD, 1999, p. 726)^[3]. Portanto, um bem público é aquele que o seu consumo por parte de uma pessoa não reduz a disponibilidade do mesmo para outras pessoas. Um exemplo de um bem não rival e não excludente é a redução da poluição atmosférica. (VASCONCELLOS; OLIVEIRA, 2000) ^[1]. Segundo Pindyck e Rubinfeld (1999) ^[3] a demanda por ar puro, ou seja, a qualidade do ar depende de vários fatores, como o clima, emissões de poluentes, etc., nesse sentido todas as ações realizadas em função de uma atmosfera mais limpa, gerará efeitos não localizados, ou seja, não terá como privar alguém de usufruir do mesmo. Assim, o ar puro é uma mercadoria não-excludente, pois se torna difícil impedir qualquer pessoa de desfrutá-lo, e não-disputável, pois o seu uso não inviabiliza o uso por outra pessoa. O ar puro por ser um bem público não há mercado para ele, ou seja, não há preços que possam ser observados e interpretados como valores, conforme os quais as pessoas estariam dispostas a trocar ar puro por outras mercadorias. (PINDYCK; RUBINFELD, 1999, p. 733)^[3]

Conclusões e Perspectivas

Notamos aqui o problema da externalidade que expõem que o livre acesso a determinados recursos gera problemas de proporções bastante diversas para todos os agentes envolvidos que não percebem de imediato a extensão dos danos causados a longo ou curto prazo para todos os envolvidos. O meio ambiente nesse contexto, é um bem público, de uso comum e que o seu uso não exclui a possibilidade de uso por outras pessoas, como por exemplo, o ar, e que a poluição gerada pelos impactos negativos do uso indiscriminado dos recursos naturais gera externalidades negativas que não são internalizadas nos custos da empresa. Com o propósito de criar políticas de controle da poluição, o Protocolo de Quioto e seus respectivos Mecanismos Adicionais de Implementação foram elaborados com a finalidade de reduzir as emissões dentro das premissas do desenvolvimento sustentável, cada qual apresentando sua especificidade e limites de aplicação.

Referências

- [1]. VASCONCELLOS, M. A. S. de; OLIVEIRA, R. G. de. **Manual de microeconomia**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2000.
- [2] MARTA, J. M. C.. **Externalidades: Uma Resenha**. Revista de Estudos Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso, FAECC. Ano 1, no 2, p. 17-25, 1999.
- [3] PINDYCK R. S.; RUBINFELD D. L. **Microeconomia**. 4ª edição. São Paulo: Makron Books, 1999.

Mortalidade Infantil na Região Metropolitana do Cariri: Considerações Preliminares

Daniel Gomes de Lima¹ Fládia Valéria Dantas dos Santos², Luís Abel da Silva Filho³

1 – Universidade Regional do Cariri – URCA; 2 – Universidade Regional do Cariri – URCA; 3 - Universidade Regional do Cariri – URCA .

Introdução

A mortalidade infantil tem suas causas diretamente relacionadas aos problemas de naturezas demográficas e socioeconômicas. A idade da mãe, tipo e local de parto, escolaridade da mãe, dentre outros, são fatores de relevância significativa nas determinações óbitos com menos de um ano de vida. Nesse contexto, pretende-se observar a mortalidade infantil na Região Metropolitana do Cariri – RMC a partir de tais variáveis.

Metodologia

Os dados são oriundos do Ministério da Saúde – Sistemas de Informações sobre Mortalidade – SIM. A abrangência geográfica é a Região Metropolitana do Cariri – RMC e o recorte temporal compreendendo os anos de 1996 a 2011. As variáveis observadas são: local de ocorrência do óbito, sexo, raça/cor, idade da mãe e escolaridade da mãe. Por esses aspectos é possível fazer uma análise preliminar dos condicionantes dos óbitos infantis na RMC.

Resultados e Discussão

De acordo com a análise dos gráficos, a maior ocorrência para os óbitos foram registrados em hospitais, cuja maior participação relativa foi constatada no ano de 2009 com participação de 95,7% das ocorrências. Já o menor resultado foi revelado no ano de 1997, com 70,2%. No que se referem à raça/cor dos óbitos infantis, os dados mostram que a partir do ano de 1999 os maiores valores foram registrados para aqueles de raça/cor parda.

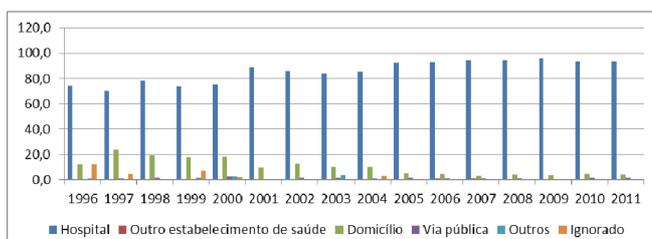


Gráfico 01: Número de óbitos infantil na Região Metropolitana do Cariri, quanto a localidade- 1997/2010.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

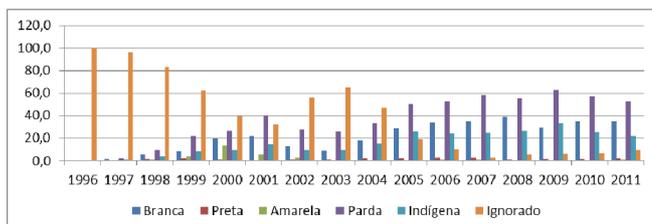


Gráfico 02: Número de óbitos infantil na Região Metropolitana do Cariri, quanto a raça/cor da criança- 1997/2010.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

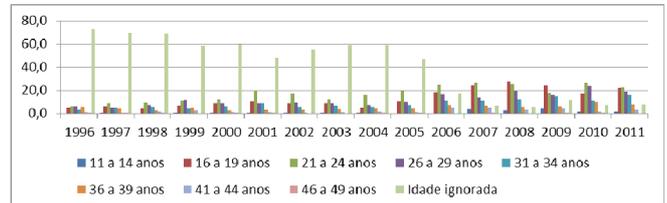


Gráfico 03: Número de óbitos infantil na Região Metropolitana do Cariri, quanto a faixa etária da mãe- 1997/2010.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM

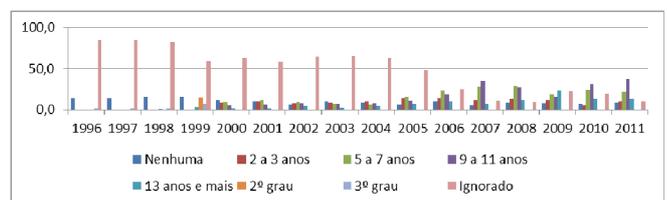


Gráfico 04: Número de óbitos infantil na Região Metropolitana do Cariri, grau de instrução da mãe- 1997/2010.

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM

Em relação às condicionantes demográficas e socioeconômicas das mães, sobretudo no que se refere à faixa etária, verificou-se que o maior registro de óbitos infantis, no ano de 2008, para as mães com idade entre 16 a 19 anos, com a participação de 27,1%. Quanto à escolaridade da mãe, observa-se que, em 2011, 37,3% delas tinha escolaridade entre 9 e 11 anos de estudo. Além disso, registraram-se elevados índices de mortalidade para mães com poucos anos de estudo.

Conclusões e Perspectivas

Os principais resultados revelaram a influência de fatores como grau de instrução e faixa etária das mães nos registros de óbitos infantis, na Região Metropolitana do Cariri. Desta feita, ver-se que a baixa escolaridade, bem como, a gravidez na adolescência são fatores de risco e condicionantes aos resultados observados. Propõe-se, portanto, acompanhamentos diferenciados para mulheres nessas condições socioeconômicas especificadas.

Agradecimentos

Ao CNPq pelo apoio financeiro.

Referências

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. M. Mapeamento socioeconômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14. Anais... Caxambu: ABEP, 2004.

BEZERRA FILHO, G. C.; PONTES, L. R. F. S. K.; MINÁ, D. L.; BARRETO, M. L. Mortalidade infantil e condições sociodemográficas no Ceará, em 1991 e 2000. Rev Saúde Pública 2007;41(6):1023-31.

LIMA, L. C. de.. Idade materna e mortalidade infantil: efeitos nulos, biológicos ou socioeconômicos? R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 211-226, jan./jun. 2010.

¹Graduando em Enfermagem pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Bolsista do CNPq (danielkffk1000@hotmail.com)

²Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Bolsista do CNPq. (fladiavaléria@hotmail.com)

³Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA (abeconomia@hotmail.com)

Análise do desempenho educacional dos estudantes cearenses e seus determinantes socioeconômicos

Wesley de Freitas Barbosa¹ e Eliane Pinheiro de Sousa¹

1 - Universidade Regional do Cariri (URCA).

Introdução

O capital humano é abordado como um dos grandes determinantes do crescimento econômico, do bem estar individual e coletivo, da melhoria da qualidade de vida e da redução das desigualdades econômicas e sociais presentes tanto entre as Nações como nas diferentes regiões que compõem a Nação, sendo esta perceptível, sobretudo entre o meio rural e urbano.

Dentre os três fatores que compõem o capital humano [1], a literatura econômica tem dado muito destaque ao nível de formação educacional da população, onde este se relaciona à cobertura, à qualidade e à equidade do sistema educacional. Estes fatores são apontados como condições essenciais para garantir à população as competências necessárias à preparação para o mercado de trabalho e a diminuição do impacto da posição social e dos fatores circunstanciais no sucesso escolar do indivíduo [2].

Desta forma, este trabalho analisa o desempenho dos estudantes concluintes do ensino médio que prestaram o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em 2011, no Ceará e identifica os seus fatores determinantes.

Metodologia

O índice de desempenho educacional (IDE) desses estudantes foi determinado através do emprego da técnica estatística multivariada de análise fatorial pelo método de componentes principais [3], por meio do software SPSS 17.0. As variáveis consideradas neste modelo correspondem às notas obtidas no ENEM. Ademais, os fatores determinantes do seu desempenho foram estimados por meio do método de regressão quantílica, em que se considerou como variável dependente o IDE, obtido no modelo de análise fatorial, e como variáveis explicativas as informações socioeconômicas do estudante e de sua família, como também da escola a qual fazia parte. Este método permite a identificação das variáveis que influenciam o desempenho educacional ao longo de pontos distintos da distribuição do IDE e foi operacionalizado pelo software STATA 11.2. Os dados empregados neste trabalho são de natureza secundária, provenientes dos microdados do ENEM, fornecidos pelo Portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referente ao ano de 2011, já que consiste no último ano com dados disponíveis.

Resultados e Discussão

Dentre os 67.990 estudantes cearenses concluintes do ensino médio em 2011, que prestaram o exame do ENEM, o valor médio do IDE perfaz 0,45. Constatou-se elevada desigualdade no IDE intramunicipal e moderada desigualdade intermunicipal. Os estudantes das instituições de ensino públicas federais obtiveram um IDE de 0,55. Resultado idêntico à média dos estudantes das escolas particulares. Já as escolas estaduais, que atendem parcela

majoritária dos estudantes cearenses (78,46%), perfizeram 0,43. O desempenho dos estudantes das escolas localizadas no meio rural totalizou 0,41 e os da zona urbana perfizeram 0,45. Ademais, o IDE dos estudantes moradores do meio rural perfizeram 0,41 e os demais estudantes obtiveram 0,47.

No tocante aos fatores determinantes do IDE, constata-se que a renda familiar, a escolaridade dos pais, as escolas federais e privadas e a dedicação do estudante no ensino fundamental exerceram influência positiva no seu desempenho escolar em todos os quantis analisados. Já a idade, a localização da escola ou moradia na zona rural, o tamanho da família, a renda individual do estudante e o fato dele ter estudado em escola pública durante todo o ensino fundamental refletiu negativamente no seu desempenho.

Quanto ao gênero e ao estado civil, observou-se que as mulheres e os não solteiros tiveram desempenho superior aos demais estudantes, enquanto que os estudantes que trabalham apresentaram desempenho inferior.

Por fim, verificou-se que o fato do estudante ser da cor/raça preta não exerceu influência no seu desempenho escolar em todos os quantis analisados.

Conclusões e Perspectivas

Conclui-se que o sistema de ensino federal apresentou o melhor desempenho, na rede pública, igualando-se à rede privada, entretanto, com baixíssima cobertura no território estadual. Os fatores circunstanciais, que independem das ações do estudante, exercem grande influência no seu desempenho, acarretando sérias desigualdades de acumulação do capital humano, sendo, portanto, de grande valia a identificação das escolas e práticas pedagógicas que conciliam melhor nível de qualidade aliada ao maior grau de equidade no sistema de ensino cearense.

Ademais, políticas emergenciais devem ser executadas, já que a atual desigualdade educacional entre o meio rural e urbano impacta diretamente na concentração fundiária e de renda, no nível de qualificação da mão de obra no campo e na perpetuação das desigualdades de renda.

Agradecimentos

À Universidade Regional do Cariri (URCA) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro.

Referências

- [1] BARROS, A. R. **Desigualdades regionais no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- [2] NEY, M. G.; SOUZA, P. M.; PONCIANO, N. J. Desigualdade de acesso à educação e evasão escolar entre ricos e pobres no Brasil rural e urbano. *InterScience Place*, v.3, n.13, p.33-55, 2010.
- [3] BLACK, W. C. **Análise Multivariada de Dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 593p.

Mobilizando cidadãos para práticas sustentáveis: Uma análise do projeto Muda Reciclando

Aldeir Lima¹, Íris Paula², David Antônio³, Marcus Brasil⁴

1 – Secretaria do Meio Ambiente e Serviços Públicos – SEMASP/JN, 2 – Faculdade de Tecnologia - FATEC Cariri, 3 – Universidade Federal do Cariri – UFCA, 4 – Universidade Federal do Cariri - UFCA.

Introdução

O lixo brasileiro é considerado um dos mais ricos do mundo e sua reciclagem é fortemente sustentada pela “catação” informal, porém com a colaboração do consumidor, pode facilitar ainda mais o processo de reciclagem.

A reciclagem do material é muito importante, não apenas para diminuir o acúmulo de detritos, como também para poupar a natureza da extração inesgotável de recursos.

A reciclagem é uma das saídas ecologicamente corretas para a preservação ambiental por ser sustentável, combater o desperdício e criar mecanismos que assegurem um mundo habitável para as futuras gerações [1].

Partindo desse pressuposto, uma relevante iniciativa surgiu através dos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente e Serviços Públicos de Juazeiro do Norte, no ano de 2011 que pudesse contemplar ações de reciclagem, educação ambiental e melhoria das condições ambientais do município.

O objetivo geral do projeto consistiu em trocar mudas e sementes nativas da caatinga, entre outras, produzidas no viveiro do Parque Ecológico das Timbaúbas por materiais recicláveis.

Metodologia

O presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa de natureza de análise quantitativa e qualitativa, visando compreender os fenômenos através do processo de observação e análise subjetiva dos dados e resultados do projeto, onde o pesquisador envolveu-se objetivamente na observação e na análise dos fatos existentes [2].

Quanto a sua finalidade esta pesquisa é considerada do tipo aplicada, observando-se o estudo do projeto e suas distintas abordagens do ponto de vista ambiental, educacional e institucional. A técnica de pesquisa utilizada foi o uso do levantamento documental do projeto e o acompanhamento progressivo das etapas, no decorrer do tempo.

A temporalidade da pesquisa ocorreu de maneira longitudinal, tendo o seu início no biênio 2011-2012, com a obtenção dos resultados em 2013.

Resultados e Discussão

Nos dois primeiros anos do projeto, realizado no biênio 2011-2012, constatou-se a conscientização da população sobre a importância de reciclar e plantar; Redução da disposição inadequada dos resíduos na cidade; Fortalecimento do ciclo de reciclagem; Sustentabilidade do

viveiro; Novas árvores nativas plantadas para ajudar no sequestro do carbono, na paisagem e no clima da cidade; Existência de um banco de sementes, tornando assim referência para futuras coletas.

Plástico: Embalagens recebidas – 54.078 unidades; mudas entregues – 9.013 unidades; kg – 901,3.

Vidro: Embalagens recebidas – 1.432 unidades; mudas entregues – 358 unidades; kg – 357,9.

Metal: Embalagens recebidas – 6.903 unidades; mudas entregues – 1.964 unidades; kg – 152,5.

Papel / Papelão: Embalagens recebidas – 16.735 unidades; mudas entregues – 2.096 unidades; kg – 334,7.

Rejeito: Embalagens recebidas – 3.228 unidades; mudas entregues – 538 unidades; kg – 55,6.

Os relatórios do biênio 2011-2012 mostraram que foram permutadas 82.376 embalagens plásticas, de diversos tipos e tamanhos, que resultaram em 256 kg e logo em 13.969 mudas dos mais diferentes tipos e 1.802,5 kg da quantidade de materiais permutados.

Conclusões e Perspectivas

Conclui-se com este projeto que possa ser aplicado em outros municípios da Região Metropolitana do Cariri, servindo para alcançarmos uma mudança de conscientização por parte da população, inserida em um contexto socioambiental.

Agradecimentos

Sinceros agradecimentos à Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos, Fundação Escola de Educação Ambiental Monsenhor Murilo de Sá Barreto, Kariris Ambiental, Engenho do Lixo; Universidade Federal do Cariri; Faculdade de Tecnologia – FATEC Cariri e ao Núcleo de Estudos em Marketing e Responsabilidade Social.

Referências

[1] LEANDRO, M.D; TEIXEIRA, M. R. **Lixo – reciclar para preservar o meio ambiente**, São Paulo 2005.

[2] APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da Ciência: Filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo 2006.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: ESTUDO DE CASO NO PROGRAMA PROJOVEM URBANO DE JUAZEIRO DO NORTE – CE

Maria da Penha Sousa Lima¹, Francisca Laudeci Martins Souza², João Bosco Leandro Araujo Silva³

Graduada em História pela Universidade Regional do Cariri – URCA e Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade Integrada de Patos – FIC,

²Doutora em Educação, professora da Universidade Regional do Cariri – URCA e Coordenadora do Grupo ECOS de estudos em Economia Solidária e Sustentabilidade, ³Graduado em História e Especialista em História e Sociologia pela Universidade Regional do Cariri – URCA.

Introdução

Pensar em políticas públicas no Brasil é procurar compreender a lacuna deixada pelo universo capitalista, em que o lucro é o carro chefe e os meios de acúmulo a ordem do dia, bem como pela herança escravista e colonial. Numa sociedade tão desigual como a nossa, o grau de satisfação das pessoas e sua felicidade ficam a mercê dos empresários capitalistas e os seus desejos de dominação em massa. As políticas públicas surgem, então, como tentativa de controle do caos social e justificativa de ação governamental. Desta forma, as ações referentes à Política Nacional de Juventude implementadas a partir dos anos 2000, nasce com a “intenção” de modificar o quadro social da juventude menos favorecida do Brasil. Neste contexto o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), foi elaborado e implantado em 2005 para atender jovens entre 18 e 24 anos de idade, desempregados e com histórico escolar de conclusão apenas da 4ª série do Ensino Fundamental. Sobre juventude e inclusão social, Sposito & Carrano (2003), mencionam que: “no tratamento do tema da juventude, no plano das políticas federais, é preciso recompor um desenho de ações que emerge do reconhecimento de que alguns problemas afetam expressiva parcela da população jovem, sobretudo a partir da década de 1990, e a lançam numa condição que se tornou usual conceituar como sendo de risco social”. Este trabalho objetiva identificar a política pública de juventude em condição de risco, denominada ProJovem Urbano, assim como, os limites e as possibilidades da mesma no território do Município Juazeiro do Norte- CE.

Metodologia

Usamos como aporte teórico metodológico a pesquisa bibliográfica e a observação participante e etnológica. “o etnógrafo, ao executar um trabalho de campo, só observará com acerto se souber captar o relevante e o essencial, sendo assim capaz de excluir acontecimentos casuais e fortuitos. Por conseguinte, a quota-parte científica de qualquer trabalho antropológico consiste na teoria da cultura, com referência ao método de observação em campo e ao significado da cultura como processo e como produto” (Malinowski, 2009, p.15).

Resultados e Discussão

Observando a proposta, a execução e as condições do ProJovem, percebemos seus limites como estratégia de uma política pública. O ProJovem tem como proposta ministrar quatro anos de escolaridade em um ano e meio, o que nos permite questionar a qualidade do ensino. Não é apenas a redução do tempo de ensino, mas é fazer com que alunos que tiveram uma educação regular problemática, adquirindo

dúvidas que se acumularam nesse período, que enfrentaram problemas que os desconcentravam da escola e o tempo considerável de afastamento, que provavelmente deixaram o aluno não familiarizado com o ritmo de estudo e com os conteúdos, consigam ter êxito em concluir quatro anos em um ano. Em termos estruturais o programa enfrenta restrições diversas manifestadas nas precárias condições das escolas; nas dificuldades de permanência nos núcleos escolares; no reduzido tempo para formação na medida em que a maioria trabalha oito ou mais horas por dia. Devido às condições precárias, muitos alunos visam apenas o recebimento da bolsa de estudos, no valor de cem reais. Observamos também: índices de violência praticada por alguns alunos na comunidade e na cidade; maridos que impedem as esposas de estudarem e vice e versa; problemas de depressão; atraso no pagamento do benefício; falta de incentivo de alguns profissionais; elevado índice de evasão.

Conclusões e Perspectivas

A educação sempre foi considerada uma porta para erradicar a pobreza, como se fosse a salvação para acabar com as desigualdades sociais. Com essa concepção, o ProJovem emerge tentando solucionar um problema social através de uma solução educacional. No entanto, esses alunos não possuem apenas problemas educacionais. Eles enfrentam outros problemas sociais que se somam à educação e os fazem permanecer nesse ciclo de pobreza. O aluno nasce num seio familiar que não possui uma cultura educacional, se desenvolve numa escola que tem problemas estruturais, com o ensino de qualidade duvidoso, falta de professores, profissionais com salários baixos, seu lar não apresenta condições mínimas que facilite os estudos, não possuem recursos financeiros para criar uma estrutura para os estudos, enfrentam a violência no bairro onde residem, tornam-se pais na adolescência e necessitam menos de acompanhamento econômico e educacional do que de toda uma reestruturação na vida e, conseqüentemente, nos seus interesses.

Agradecimentos

Ao Grupo ECOS de pesquisa em Economia Solidária e Sustentabilidade, pela motivação e apoio constante.

Referências

MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma Teoria Científica da Cultura**. São Paulo: Abril Cultural, 2009

SPOSITO, Marília Pontes & CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. In: *Políticas públicas de juventud en America Latina*. Oscar Dávila León (org) Chile: CIDPA, 2003.